

23 de Novembro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 236
Director-Geral
Evaristo Mulaza



DESDE O INÍCIO DO ANO

Mercado imobiliário caiu mais de 40%

BALANÇO. As vendas no imobiliário registaram quedas superiores a 40%, desde Janeiro deste ano e cerca de 30% no segmento do arrendamento. Os números são da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola. Pág. 6



Carlos
Cambuta,
director-geral
da Adra

“O país não tem uma política integrada de protecção social” Págs. 4 e 5



Anúncio foi
feito pelo PR
no dia 11

900 empregos prometidos no hotel Intercontinental são 13 vezes acima da média mundial

Págs. 8 e 9



OPINIÃO

De **Jonuel Gonçalves** sobre o Brasil

Eleições traduzem reorientações

Pág. 19

PENDENTE TRANSFERIDO PARA O ESTADO EM 2014

Dívida de 800 milhões USD da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul volta às contas da Sonangol

ACTIVOS EM CONFLITO. Depois de, em 2014, a Sonangol ter transferido a dívida da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul para o Estado, novos dados revelam que a empresa associada ao antigo ministro da Indústria, Joaquim David (na foto), terá de resolver o pendente outra vez com a petrolífera pública. São mais de 800 milhões de dólares em causa. Págs. 10 e 11



Editorial

FCKS, UM À PARTE OPACO

A Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul (FCKS) é um dos bons exemplos da opacidade da controversa agenda de recuperação de activos. Os factos falam por si. A Fábrica foi financiada inteiramente pela Sonangol, pelo que, por alguns anos, este valor constava das contas a receber nos relatórios da petrolífera pública. Em 2014, numa decisão nunca compreendida, a Sonangol transferiu a dívida para o Estado, deixando de a referir nas suas contas. Até que Isabel dos Santos chega ao comando da estatal e volta a lembrar aos donos da FCKS que deviam mais de 750 milhões de dólares à Sonangol, respeitante ao financiamento, e 54 milhões de dólares de juros. Isabel dos Santos não duraria, entretanto, mais tempo na Sonangol e o tema voltou a desaparecer da agenda mediática.

Em 2019, surgem então vários factos curiosos. A Procuradoria-

-Geral da República anuncia processos de negociação, de recuperação e arrestos de vários activos e empresas. Empresas alegadamente financiadas pelo Estado ou com garantias do Estado foram obrigadas a pagar as respectivas dívidas de forma, mais ou menos, imediata. Foi o que sucedeu, por exemplo, com alguns dos activos nas mãos de Leopoldino do Nascimento, entre os quais a Geni, que detém parte do capital do Banco Económico. Outras passaram a totalidade dos activos para o Estado, como foi o caso de várias empresas associadas a Manuel Vicente e a Hélder Vieira Dias Júnior 'Kopelipa', incluindo a Lektron Capital, que transferiu a participação que detinha no Banco Económico à Sonangol. Diga-se o mesmo em relação às três fábricas têxteis (Satec, Alassola e a Nova Textang II) ou a vários activos de Isabel dos Santos. Estes com a particularidade de possuírem valor de mercado muito superior às dívidas que o Estado então reclamava.

No meio de tudo isso, a Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul, entre-

tanto, fica de fora. Não é obrigada a pagar de forma imediata, não é arrestada, nem é transferida para o Estado.

E, só a título de comparação, está em causa uma dívida quase 10 vezes superior aos 75 milhões de euros que Isabel dos Santos terá tomado de empréstimo da Sonangol na constituição da Esperaza Holding, que detém uma participação de 45% na Amorim Energia. E, pelo menos, mais de 15 vezes acima dos 53,2 milhões de dólares que a PGR exigiu a Leopoldino do Nascimento para este manter a participação de 19,9% no Banco Económico, através da Geni. Ou quase quatro vezes acima dos 210 milhões de dólares da garantia soberana que o Estado concedeu para o financiamento da Biocom, e pelos quais ameaça tomar a empresa. A lista de exemplos que denunciam a opacidade na recuperação de activos, partindo do caso FCKS, é extensa. E são casos como estes que legitimam todas as dúvidas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



ADELINO MOREIRA FRANCISCO,

presidente do Sindicato Nacional de Formadores do MAPTSS

Estava marcada para esta segunda-feira, 23, a paralisação das aulas dos centros de formação do MAPTSS, devido aos atrasos salariais. Não se trata de falta de pagamento de salários, mas de um retroactivo da carreira que temos em atraso. Mas tivemos um acordo bom que levantou a greve.

Quantos formadores não recebiam esse retroactivo e há quanto tempo?

A nível do sistema, todos os formadores dos centros do MAPTSS. Em 2018, o Presidente da República aprovou as carreiras de vários sectores, como o da Educação, Formação, Saúde, Ensino Superior, que entrariam em vigor já no dia 1 de Janeiro de 2019. Mas a implementação aconteceu apenas em Maio de 2019. Há um remanescente por se pagar, é o retroactivo que exigimos.

Quando foi feito o acordo e o que se decidiu?

Tivemos uma reunião extraordinária no sábado 21, onde tivemos uma melhor concertação e levantou-se a greve. A Direcção pagou parte da dívida de mais de um ano e prometeu até Abril do próximo ano regularizar a situação na totalidade.

17 TERÇA-FEIRA

O Governo anuncia que Angola vai apresentar, pela primeira vez, o relatório sobre a aplicação das recomendações da UNESCO para Mbanza Congo, antiga capital do Reino no Congo, património mundial da humanidade desde 2017.

18 QUARTA-FEIRA

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, apela aos agentes da Polícia Nacional a “tudo fazerem para evitar alguns excessos” na sua actuação durante manifestações, como as que ocorreram no último mês em Luanda.

19 QUINTA-FEIRA

O parlamento aprova, por unanimidade, a Lei de Sanidade Vegetal, que revoga a legislação herdada do período colonial. O diploma regula a protecção fitossanitária da produção agrícola e florestal, bem como o trânsito e comércio de plantas.



20 SEXTA-FEIRA

O BPC deixa de ser o único banco a pagar pensões, para “reduzir a pressão” sobre esta instituição bancária em reestruturação. O anúncio é do governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano.



SÁBADO

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, considera urgente a criação de um observatório agrícola, para permitir a abordagem das questões mais importantes do sector fora da esfera do Executivo.



DOMINGO

Notícias dão conta que uma empresa detida pelo ex-vice-Presidente, Manuel Vicente, terá lucrado 3 mil milhões de dólares com a transacção de dois blocos petrolíferos que tinham sido cedidos a custo zero pela Sonangol.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE ANIMADO...

O petróleo começou a semana no verde, influenciado pelo optimismo da recuperação do sector com a vacina da covid-19. O Brent, referência às exportações angolanas, obteve ganhos de 2,11%, a negociar as entregas para Fevereiro nos 46,02 dólares. O WTI, por sua vez, teve ganhos de 1,49%, ao negociar as entregas para Janeiro nos 43,05 dólares.



OURO EM QUEDA...

Em sentido contrário, esteve o ouro. A matéria-prima registou a maior queda desde 9 de Novembro, quando caiu quase 5%. Desta vez, o metal precioso recuou 1,85%, nas entregas para Dezembro, tendo negociado nos 1837,80 dólares a onça-troy.

Entrevista

CARLOS CAMBUTA, DIRECTOR GERAL DA ADRA

“A situação da pobreza no país é muito preocupante”

Defensor convicto da agricultura familiar, em função das evidências da experiência, o director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra) assinala “retrocessos” na participação da sociedade na elaboração do Orçamento Geral do Estado. E, apesar de reconhecer a legitimidade do Governo em determinar as opções no OGE, alerta para o agravamento da “extrema pobreza” e critica a ausência de uma política integrada de protecção social.

Por Júlio Gomes

É compreensível o aumento da dotação da Ordem Pública e Segurança, face a sectores sociais, como a Saúde ou

a Educação, na proposta do OGE de 2021?

É um debate importante. Nós temos estado a apelar para uma maior participação do cidadão no processo de formulação do OGE.

Participar de que forma?

O OGE começa a ser elaborado no município. Se nós olharmos para o calendário de elaboração, vamos constatar que ele começa a ser elaborado a partir de Maio nos municípios. O que acontece, muitas vezes, é que, quando as administrações municipais estão a preparar os orçamentos, dificilmente engajam os cidadãos.

Porquê?

Muitas vezes, quando há algum encontro, não se passa a ideia de que o exercício que está a ser feito é para definir as necessidades e prioridades do município para o ano seguinte. De facto, isso não ajuda muito a termos um orçamento que venha a contemplar as reais necessidades sentidas pelo cidadão.

E a Adra, enquanto organização não-governamental, é convidada regularmente?

Temos sido em alguns momentos, mas em outros momentos não. Mas também queremos entender que isso faz parte de um processo próprio de um país que está a caminhar para o fortalecimento do seu Estado democrático e de direito. O que temos de dizer é que se vai verificando alguma abertura de diálogo, mas, ao mesmo tempo, vamos sentindo alguns retrocessos.

De que natureza?

Por exemplo, aquando da formulação do orçamento inicial



Mário Mujetes © VE

bleia Nacional, houve o engajamento de diferentes franjas da sociedade civil, mas isto já não se verificou aquando da revisão do Orçamento Revisto de 2020, tão-pouco se verificou no processo de preparação da proposta de Orçamento de 2021. Portanto, estamos na presença de um retrocesso. O que temos de apelar é que é importante trabalhar-se no sentido de haver esta participação activa dos cidadãos. Até porque os cidadãos podem não ser especialistas na matéria, mas são capazes de dizer que assuntos são mais importantes para a sua vida.

Como vê o que se reserva para a protecção social em 2021?

Aqui há grande preocupação. Quando estamos a falar de protecção social, não estamos a fazer menção apenas à chamada protecção obrigatória, ou seja, àquela dos inscritos no Sistema Nacional de Segurança Social. E o nosso OGE olha para a protecção social apenas nesta perspectiva. Não olha na perspectiva da protecção social de base, ou seja, aquela que trata da situação da vulnerabilidade social. Nesse sentido, há toda uma necessidade de apelar às autoridades competentes do Estado para que se possa melhorar o conceito, de modo a que o orçamento passe a olhar para as duas perspectivas.

Mas como fundamenta a ideia de que o Governo não olha para a protecção de base?

Quando falamos de protecção social de base, não só estamos a olhar para aquelas pessoas que estão em situação de desemprego; que precisam de apoio. Falou-se muito de cesta básica no início da covid-19, agora não se fala mais, dando a entender que desapareceu. Mas a protecção social de base coloca-se igualmente àquelas pessoas que, economicamente, estão bem, mas que podem ser vítimas de um desastre, de um acontecimento natural e assim precisam de serem assegurados pelo Estado. Esta noção toda não está incluída no OGE.

Ou seja...

Ou seja, a preocupação é mais acentuada, porque o país não tem uma política integrada de protecção social. O que neste momento existe são as chamadas políticas paliativas e assim não é possível

de 2019, isto em 2018, o Executivo convidou diferentes franjas da sociedade civil para emitirem as suas opiniões. Pudemos questionar o método, porque a discussão do OGE, que é uma peça muito complexa, uma peça que

envolve vários interesses, não é possível apenas numa sessão de duas ou três horas com mais de 150 pessoas. Mas fica subjacente a vontade e a ideia de tornar o processo mais participativo. Igualmente, a nível da Assem-

“No dia-a-dia, temos estado a ver pessoas recorrerem aos contentores para encontrar alguma coisa, isto é indicador de que a situação social do país está crítica.”

podermos ter acções mais estruturantes neste domínio.

No fundo é disso que o país precisa, uma política integrada...

Precisamente. Uma política que tenha vários eixos de intervenção articulados. Quero dizer com isto que temos de ter ao mesmo tempo projectos que possam assegurar às famílias a terem os factores de produção. Famílias que tenham assistência médica e medicamentosa, famílias que tenham acesso a oportunidades de direitos para que possam realizar efectivamente as suas vidas. Enquanto isto não acontecer, certamente continuaremos a ter um sistema de protecção social deficiente.

Referiu-se ao aumento substancial no sector social no OGE 2021. É bom sinal?

Estamos a comparar o orçamento revisto de 2020 que totaliza aproximadamente 13 biliões de kwanzas e estamos a falar de uma proposta de orçamento para 2021 que totaliza 14 biliões de kwanzas. Então, há este aumento substancial, para um período de 12 meses, mas insuficiente se introduzirmos a variável inflação. Ou seja, aumentou, mas esse aumento não tem impacto na vida do cidadão.

E como se explica o aumento superior, em relação a sectores sociais, na Ordem Pública?

São opções, porque o orçamento é sobretudo um instrumento político, através do qual se vai procurar concretizar as linhas de governação. Mas é verdade que a situação de pobreza é cada vez mais visível. No dia-a-dia, temos estado a ver pessoas recorrerem aos contentores para encontrar alguma coisa, isto é indicador de que a situação social do país está crítica. Daí ser importante que, no quadro da definição das prioridades, o sector social mereça atenção. Essa atenção está realmente aí plasmada, porém, quando a confrontamos com o sector da defesa, segurança e ordem pública, notamos um aumento substancial. Isto não é algo muito positivo, o que não significa estar contra a situação da defesa, segurança e ordem públicas. Defendo a tese de que deve haver equilíbrio na afectação de recursos. O que se passa é que estamos num país onde tudo é prioritário e esse exercício não é fácil de ser definido.



Mário Mujetes © VE

Os relatórios do INE são claros, que a situação da pobreza no país é cada vez mais preocupante. Essa agudização da pobreza pode ser resolvida a curto e médio prazos, através da formulação de políticas eficazes e eficientes.

Coloca-se também a questão da execução...

Exacto. Não adianta só falarmos muito na questão do aumento. Também temos de olhar para a execução. Se olharmos para os orçamentos anteriores, nota-se que o nível de execução está muito abaixo daquilo que é efectivamente esperado.

Como se pode inverter o quadro da pobreza extrema?

Lemos esta situação com extrema preocupação. Os relatórios do INE são claros, que a situação da pobreza no país é cada vez mais preocupante. Essa agudização da pobreza pode ser resolvida a curto e médio prazos, através da formulação de políticas eficazes e

Quando falamos de protecção social de base, não só estamos a olhar para aquelas pessoas que estão em situação de desemprego; que precisam de apoio.

eficientes, tendo em conta as potencialidades do país. Este país tem potencialidades agrícolas que, se forem efectivamente aproveitadas, isto é, utilizadas com racionalidade, rapidamente podemos melhorar a situação social do país.

É um apelo ao investimento na agricultura?

Investir na agricultura é investir na resolução de vários problemas que afectam o país, atendendo os seus efeitos múltiplos. Ou seja, investindo na agricultura, estamos a trabalhar no sentido de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Porque é através do aumento da produção que estaremos em condições de dinamizar o programa de merenda escolar, fundamental para a retenção dos alunos na escola. Ao mesmo tempo, é também através do aumento da produção de qualidade que estaremos a reduzir muitas doenças. Isto para

MESTRE EM GOVERNAÇÃO PÚBLICA

Carlos Cambuta dirige a Adra desde Julho de 2019. É mestre em governação e gestão pública na especialidade de governação e políticas públicas na Universidade Agostinho Neto. Na mesma universidade, concluiu também a licenciatura em línguas e literatura inglesa na Faculdade de Letras. Trabalha para a Adra há 17 anos, tendo iniciado como estudante estagiário do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (Icra), em 2003, na Huíla. Membro de diversos espaços de análise de questões políticas, económicas e sociais, tem-se concentrado na análise da eficácia e eficiência de políticas públicas em Angola, especialmente nos domínios da agricultura, saúde, educação e protecção social.

além de que o investimento na agricultura resulta numa maior empregabilidade.

É uma receita conhecida, mas o que falta para a sua devida aplicação? O investimento agrícola enqua-

dra-se no sector privado. Há muita gente que tem vontade de trabalhar, mas encontra dificuldades de apoio no acesso aos factores de produção. É verdade que o Executivo tem estado a tomar medidas importantes como, por exemplo, a redução do IVA em 5%, para a aquisição de inputs agrícolas. Está a estimular que a cesta básica seja constituída essencialmente por produtos nacionais. Isso aumenta os níveis de produção, quando o camponês toma nota de que os produtos têm saída no mercado. O Executivo continua ainda com a política de subsídios aos combustíveis, enfim há uma série de medidas, mas o factor determinante, que é o acesso ao crédito para permitir que as famílias acedam a outros factores de produção, continua ainda muito difícil.

O Prodesi não é uma resposta suficiente?

Temos de reconhecer o papel que o Prodesi tem estado a desempenhar. O Prodesi vai agora no seu segundo ano e as introduções que vão sendo feitas vão alargar o volume de acesso ao financiamento, mas isto ainda vai levar o seu tempo. De tal modo que ainda temos muitas famílias camponesas, muitos agricultores familiares, associações cooperativas com sérias dificuldades no acesso ao crédito.

Há quem defenda que o modelo de agricultura familiar não resolve o problema do aumento da produção em qualidade e quantidade exportável, mas sim uma aposta nos empresários. Quer comentar? Este é um debate que se coloca no quadro das opções de modelos de desenvolvimento agrícola.

E o que defende a Adra?

Nós, a nível da Adra, defendemos, em primeiro lugar, a opção por aquele modelo que é mais sustentável. E a experiência leva-nos a aferir que o modelo de agricultura familiar é o que mais produz. A estrutura da base agrária nacional é constituída 90% por agricultores familiares, que são responsáveis por mais de 80% da produção. Isto significa que são capazes de produzir mais, se forem apoiados. É também verdade que o que a ciência defende é a necessidade da utilização de métodos híbridos, ou seja, a necessidade de combinar os dois modelos de actividade agrária. Estamos a falar da agricultura empresarial que, no nosso país, ainda não mostrou provas suficientes.

Economia/política

EMPRESÁRIOS NÃO PREVÊEM CRESCIMENTO

Mercado imobiliário cai mais de 40% este ano

CRISE. Pandemia colocou o sector imobiliário em coma profundo, considera a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola. Procura caiu drasticamente. Há empresas paralisadas.

Por Guilherme Francisco

O sector imobiliário regista, desde o princípio do ano, uma queda de mais de 40% em vendas, 30% no arrendamento, mais de 10% em relação ao ano passado, segundo revelação de Cleber Corrêa, vice-presidente da Apima.

Desde o início da crise económica, em finais de 2014, as empresas imobiliárias debatem-se com “dificuldades extremas”, agravadas pelo fraco nível de compra e arrendamento e influenciadas pela perda do poder compra, sobretudo com a retirada do país de várias empresas e estrangeiros até então tidos como ‘melhores’ clientes, pela subida galopante dos materiais de construção e pelo difícil acesso às divisas.

A situação, agudizada pela pandemia da covid-19, obrigou muitas empresas a paralisarem, revela Cleber Corrêa, sem, no entanto, precisar números que afectam os 78 associados. O líder associativo explica que se regista cerca de 90% de incumprimento no pagamento de quotas na associação e que isso é o “reflexo do estado em que se encontram as empresas”. “Muitos não comunicam que pararam porque têm esperança de que a situação melhore”, assinala. “Nem precisava de pandemia, já estava tudo parado. A pior pandemia que aconteceu chama-se inflação”, reforça.

O vice-presidente da Apima não acredita num eventual crescimento do sector como perspectivado pelo Governo no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2021, enquanto não forem traçadas políticas concretas de acesso à habitação que incentivem os privados. Como, por



exemplo, sugere, o Estado “criar uma receita para o crédito habitacional com juro barato, recorrer às reservas obrigatórias, usar 2%, ou ao fundo do petróleo para criar uma receita anual para o sector imobiliário, no sentido de garantir infra-estruturas.”

Por outro lado, Cleber Corrêa lamenta que os empresários “andem em finca-pé com a banca que, por sua vez, apresenta taxas de juros acima da inflação”. Em alternativa, sugere a fixação dos

preços dos materiais de construção com base no câmbio do dia bem como a infra-estruturação de terrenos que chegam a custar 50 dólares o metro quadrado, 15 mil dólares cerca de 300 metros quadrados, sem contar com o custo de aquisição e de registo. Cálculos do líder associativo indicam que a construção de uma residência de baixo padrão chega a custar mil dólares o metro quadrado, 1.500 a dois mil dólares a de médio e alto padrões.

IMOBILIÁRIAS SEM HORIZONTE

Com a situação cada vez mais apertada desde o princípio do ano, a proprietária da empresa Rocardia Imóveis, Rosa Miala, foi obrigada a dispensar mais de 200 trabalhadores. Habitualmente a construir residências de alto e médio padrões, a crise remeteu-a para a edificação de casas sociais. Ainda assim, confessa não se aguentar devido ao preço exorbitante dos materiais que “disparam todos os dias”. Por isso, não teve outra escolha senão paralisar. “As coisas vão para pior do nosso lado. Ainda enfrentamos dificuldades nos bancos para ter financiamento, trabalhamos com capital próprio. O que fazer?” questiona-se.

Não muito diferente está a Proimoveis, que regista um decréscimo de 40% em relação ao ano passado, no arrendamento e na compra. Durante a pandemia, houve mais procura em casas da classe média, estimadas em 20 milhões de kwanzas.

Queda drástica na procura também teve o Grupo Boavida, registando uma redução de 90%, mais 10% do que no ano passado, em consequência da falta de poder de compra e o colapso da economia. Segundo Tomasz Dowbor, CEO do grupo, a grande dificuldade para mitigar o impacto negativo da covid-19 prende-se com a “falta de crédito habitacional e a liquidez na banca”.

A Glakeni, por sua vez, viu as vendas recuarem das 120 residências no ano passado para 15, no presente exercício, quebra também explicada com os efeitos da pandemia. Quanto ao segmento do arrendamento, o recuo foi de 48 para 32 residências. Em carteira, a empresa conta ainda com 300 residências de várias tipologias à venda, mas sem qualquer procura.

NOVA AJUDA

FMI pede rapidez ao G20

A directora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, solicitou aos países do G20 que mantenham o apoio político e reforcem a ponte económica para a recuperação da economia, ressaltando que “o mundo ainda não está fora de perigo em termos desta crise”.

Neste sentido, apelou para a implementação “rápida e eficaz” de um novo quadro do G20, criado para ajudar os países mais pobres do mundo a obter alívio permanente da dívida, mas notou que outros países também precisam de ajuda.

“É fundamental operacionalizar esta estrutura de forma rápida e eficaz”, reforçou em comunicado, após dirigir-se aos líderes do Grupo das 20 maiores economias.

Angola alcançou um acordo para a suspensão dos pagamentos de linhas de crédito do G20 que, segundo estimativa do Governo, permitirá “poupanças” de 6 mil milhões de dólares até 2023.

No entanto, este acordo e outras negociações de Angola para a reestruturação do perfil do serviço da dívida com os principais credores externos têm pouco impacto na proposta do OGE de 2021, visto que a operação com o serviço da dívida pública externa, invés de reduzir, aumenta cerca de 4,2 pp, passando de 21,52% (2.895.289.751.732,00) para 25,73% (3.804.172.528.888,00) do Produto Interno Bruto.

Fonte das Finanças garante, no entanto, que a operação teria um peso maior no orçamento caso não se alcançasse, por exemplo, o acordo para a suspensão dos pagamentos de linhas de crédito do G20.



O PREÇO DA NET DESCEEUU!

PLANOS NET BIMESTRAIS

~~ANTES 20 GB / 31 DIAS~~

AGORA NET 30 GB / 60 DIAS = 25.000Kz
envia **NET 30 GB** para **19107**

~~ANTES 30 GB / 31 DIAS~~

AGORA NET 50 GB / 60 DIAS = 35.000Kz
envia **NET 50 GB** para **19107**

Entra na Net a toda a velocidade.

www.unitel.ao



UNITEL

Mercados & Negócios

HOTEL INAUGURADO POR JOÃO LOURENÇO

Intercontinental promete 13 vezes mais empregos do que a média mundial

HOTELARIA. Número de trabalhadores do Intercontinental é muito inferior ao previsto para o hotel de Luanda. Hoteleiros entendem ser uma promessa “exagerada”. Em média, cada hotel do grupo emprega 67 pessoas. Site do grupo ignora João Lourenço e a inauguração da unidade em Angola.



piscinas, spa, um heliporto, parque temático e um casino.

O número de funcionários em Angola tem despertado a atenção de quem também opera ou está ligado ao sector hoteleiro, reforçado por ser o segundo hotel 'cinco estrelas' em Angola. Até agora, apenas o Epic Sana exibia essa categoria.

Uma fonte da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA) explicou, ao VALOR, que o número de funcionários de uma unidade 'cinco estrelas', como o Intercontinental Luanda Miramar, varia de acordo com os serviços prestados. E adianta que, mesmo o empreendimento não sendo “de brincadeira”, a verdade é que o número estimado “é um exagero”.

“No contexto de Angola, com absentismo, falta, pessoas doentes... talvez com 300 ou 400 trabalhadores era o ideal. 900 é muito trabalhador. Muitos (hotéis) até nem empregados de limpeza têm. Contratam empresas prestadoras de serviço.”

O membro da direcção da AHRA lembra que, em Angola, não existe nenhum hotel que emprega o número de funcionários que o Intercontinental Luanda Miramar afirma pretender contratar. “A média no país é normalmente de 200 e 300 funcionários. Mas isso naqueles que oferecem muitos serviços”, justifica.

Por Isabel Dinis

Os 900 postos de trabalhos estimados para o Hotel Intercontinental, inaugurado recentemente pelo Presidente da República, representam 13 vezes mais funcionários do que a média dos hotéis do grupo

Intercontinental em todo o mundo.

O Intercontinental Luanda Miramar é gerido pela cadeia hoteleira mundial Grupo Intercontinental (IHG), uma multinacional britânica com sede em Denham, Buckinghamshire. Tem 5.977 hotéis em quase 100 países e, até ao ano passado, tinha 400 mil funcionários, de acordo com dados consultados pelo VALOR no site oficial e no relatório e contas referente a 2019 do grupo.

É através destes dados que se

percebe que a média é de 67 funcionários por cada hotel do grupo que inclui, entre outros, os hotéis Crowne Plaza, Indigo, Intercontinental e Regent.

O número não difere muito do próprio Intercontinental. Em todo o mundo, há 210 hotéis e resorts com marca Intercontinental, com mais de 71 mil quartos. Estes hotéis empregam 36.343 funcionários, o que dá uma média mundial de 174 trabalhadores por cada unidade hoteleira.

NÚMEROS EM DÚVIDA

De acordo com o que foi anunciado por João Lourenço, a 11 de Novembro, o hotel em Angola que o IHG gere pretende empregar de forma directa 900 funcionários. A unidade tem 24 andares e 377 quartos. O hotel é composto por uma recepção, três espaços comerciais, seis cozinhas, restaurantes, cinco salas de reuniões, 11 elevadores, duas escadas rolantes, um salão de eventos com capacidade para 630 pessoas,

A SONANGOL está a negociar com as autoridades iraquianas a construção de refinaria complexa na cidade de Mosul com uma capacidade de 100.000-150.000 b / d, de acordo com a imprensa internacional especialista em matérias de refinação.

Hotéis quatro estrelas em Angola



Hotel Diamante

★★★★

142

Trabalhadores

147

Quartos



Hotel Presidente

★★★★

203

Trabalhadores

194

Quartos



Hotel Skyna

★★★★

Trabalhadores

232

Quartos

O VALOR sabe que a AHRA não foi convidada para estar presente na inauguração do Intercontinental, que contou com a presença do Presidente da República, que aproveitou para assinalar os 45 anos da Independência nacional.

EPIC SANA PROMETEU 500

Em Angola, actualmente, existem dois hotéis com categoria 'cinco estrelas'. O Intercontinental Luanda Miramar e o do Grupo Sana, o Epic

Sana, localizado na baixa de Luanda e inaugurado em 2012.

O Epic Sana, com 238 quartos, 131 standard double, 88 standard twin e três suites presidenciais, tem ainda 50 apartamentos. O hotel dispõe ainda de salas de reuniões e de banquetes com capacidade para 700 pessoas, cinco restaurantes, discoteca, piscinas, spa, ginásio e parque de estacionamento com 177 lugares. De acordo com o site oficial do grupo, emprega, em todo o

mundo, em 18 unidades, 1.750 pessoas. Uma média de 97 trabalhadores por cada hotel.

No entanto, na inauguração da unidade de Luanda, em 2012, houve a promessa de contratar 500 trabalhadores. Um ano depois, mais de 300 promoveram uma manifestação em protesto pelos baixos salários. As notícias da altura davam conta de um salário-base de 12 mil kwanzas.

JOVENS FORAM COBRAR EMPREGOS

Um dia após a inauguração do Intercontinental, centenas de jovens decidiram, de "livre e espontânea vontade" e convencidos pelo discurso de João Lourenço, deslocar-se, logo nas primeiras horas da manhã, às instalações do hotel, à procura de emprego.

Com currículos nas mãos e outros documentos de habilitações e sem que vissem qualquer anúncio por parte da cadeia hoteleira mundial do IHG, os jovens decidiram "fiscalizar o processo de contratação e assim fazer parte dos quadros do hotel", exibindo cartazes com escritos: "Estamos aqui porque o senhor Presidente garantiu emprego" e ainda "Só queremos os 900 empregos, senhor Presidente". Os jovens ficaram várias horas à espera que alguém recebesse os documentos no hotel. As tentativas foram, no entanto, frustradas.

IHG POR DENTRO

A multinacional IHG tem como CEO o norte-americano Keith Barr. O site oficial dá conta que, no total, a cadeia internacional é responsável por 16 marcas: Intercontinental, Regent, Kimpton, Candlewood Suites, Crowne Plaza, Even Hotels, Holiday Inn, Hollyday Inn Express, Hollyday Inn Club Vacation, Six Senses, Hotel Indigo, Staybridge Suites, Avid, Voco e Hualuxe,

IHG IGNORA EVENTO EM ANGOLA

O IHG tem um site onde publica regularmente os eventos e as notícias do grupo. Nesta página, e de forma cronológica, o grupo vai anunciando inaugurações e até o número de vendas. No dia 11, data da inauguração do hotel em Luanda, não há qualquer referência ao acontecimento em Angola. A notícia desse dia é de que o grupo assinou um acordo para abrir um hotel no Qatar. Nos dias seguintes, segue-se uma série de notícias a propósito de inaugurações de unidades nos EUA, Austrália ou na Hungria.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Negócios

DEPOIS DE TER PASSADO PARA O ESTADO HÁ SEIS ANOS

Dívida da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul volta à Sonangol

ACTIVOS EM CONFLITO. Trata-se de mais de 700 milhões de dólares e respectivos juros. Em 2014, pendente foi retirado dentre as contas por receber da petrolífera, passando a ser titulado como dívida ao Estado. Activo tem a particularidade de ser dos poucos a receber moratória da PGR para ser regularizado.

Por César Silveira

A dívida referente ao financiamento da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul voltou à esfera da Sonangol depois de, em 2014, a empresa ter sido retirada dentre os devedores da petrolífera e ter visto a dívida transferida para o Estado.

“Este tema está a ser tratado pela Sonangol, uma vez que a dívida será para com a companhia”, respondeu, esta semana ao VALOR, o Instituto de Gestão dos Activos e Participações do Estado (Igape), depois de ter explicado, em Março, também a este jornal, que o processo se encontrava “em reavaliação”.

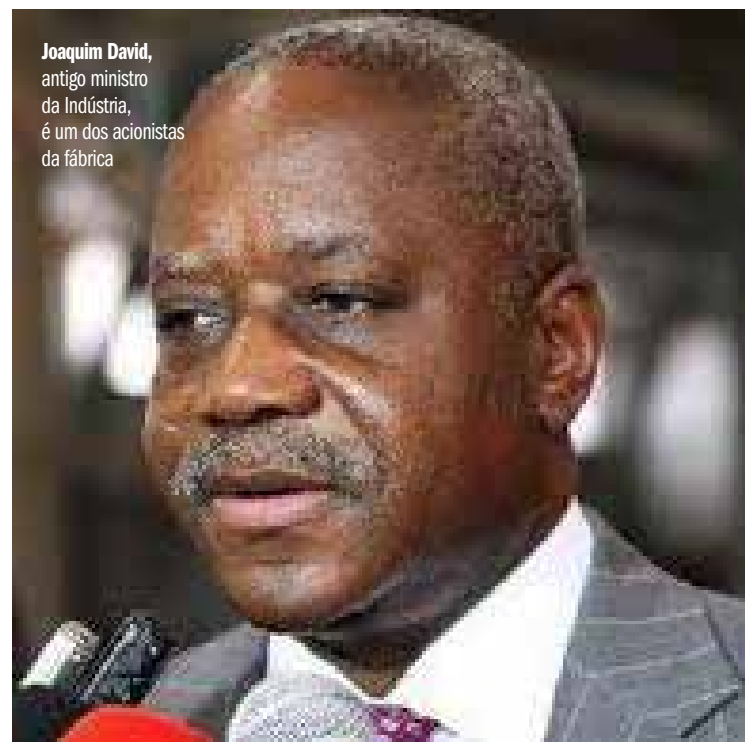
A Sonangol não respondeu, entretanto, sobre o estágio em que se encontra o processo, sendo que a referida dívida não consta do relatório e contas, referente ao exercício de 2019.

Em causa, estão mais de 700 milhões de dólares investidos na unidade fabril construída em 2010 e inaugurada em 2014, além dos correspondentes juros.

A dívida constou, durante alguns anos, nos relatórios e contas da Sonangol, mas, em 2014, deixou de ser mencionada. Na altura, a petrolífera justificou que o pendente havia sido transferido para o Estado, passando a ser titulado pelo então Instituto Industrial de Angola (IDIA) “por decisão do accionista” da FCKS. Na ocasião,



Sebastião Gaspar Martins, PCA da Sonangol



Joaquim David, antigo ministro da Indústria, é um dos accionistas da fábrica

o montante estava fixado em cerca de 41,2 mil milhões de kwanzas.

Entretanto, em Novembro de 2017, a petrolífera aproveitou um diferendo entre as duas unidades, derivado da falta de combustível na cimenteira, para lembrar que a “totalidade da obra, que ascendeu ao valor de 750 milhões USD, foi financiada na íntegra pela Sonangol”. “Este valor encontra-se totalmente em dívida para com a petrolífera nacional, acrescido ainda de juros no valor de 54 milhões USD, não tendo sido reembolsada, até à data, nenhuma das prestações já vencidas”, reclamara a petrolífera pública.

Em sua defesa, a FCKS referiu, na altura, que o projecto havia beneficiado de financiamento internacional, intermediado pela Sonangol, facto que, por “respeito à confidencialidade contratual, não tinha sido divulgado pela empresa”. A administração da cimenteira acrescentava que a Sonangol havia informado a FCKS, em 2014, que a dívida tinha sido transferida para o Estado, pelo que a Sonangol já não era mais credora da FCKS.

ENTRADA DO ESTADO NA ESTRUTURA ACCIONISTA
Por altura do diferendo, a empresa

enfrentava dificuldades financeiras e o Ministério das Finanças adiantara então, ao VALOR, que o Governo tinha aprovado três possibilidades não só para reaver o valor em dívida, mas também para “salvar” a empresa. “Sobre este assunto, incube-nos assinalar que foi aprovado, em Conselho de Ministro, em Fevereiro, último, um relatório sobre a análise do quadro actualização e condições de viabilidade da Fábrica de Cimento do Kwanza-Sul, onde se sugerem alguns cenários para a revisão da componente de financiamento”, referia o órgão governamental. A “participação qualificada do Estado na estrutura accionista da

empresa”, o “reforço de capital dos actuais accionistas privados”, bem como “o Estado assumir a participação total no capital da empresa” foram os três cenários possíveis estudados. “Assim, o Conselho de Ministro recomendou que o Estado assumisse formalmente as suas participações e coloque parte destas (50%) à disposição de investidores privados para assegurar o normal funcionamento e viabilidade da fábrica”, informava o Ministério das Finanças.

A ÚNICA ‘PERDOADA’ ATÉ AGORA ...

Este activo, frequentemente

A ENSA SEGUROS, em 2019, reforçou a liderança do mercado com a sua quota a aumentar ligeiramente passando de 34,14% para 34,96%. A Fidelidade é a outra entre as cinco maiores que também aumentou a sua posição ao passar de 10,24% para 12,24%.

MEMORIZE

● Frequentemente associado ao antigo ministro da Indústria, o projecto tem a particularidade de ser o único, até agora, a não ser alvo de qualquer medida cautelar por parte da Procuradoria-Geral da República para salvaguardar os postos de trabalho.

54

Milhões USD valor dos juros estimado pela Sonangol em 2017

700

Milhões de USD, valor investido na FCKS e que ainda não foi amortizado

associado ao antigo ministro da Indústria, Joaquim David, tem a particularidade de ser o único, até ao momento, que não foi alvo de qualquer medida cautelar, por parte da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em Junho, constava de um grupo de sete empresas devedoras, que mereceram tratamentos distintos por parte da PGR. Enquanto as outras tiveram os activos arrestados e/ou foram obrigadas a pagar imediatamente, em relação à FCKS, a PGR decidiu pela celebração de um contrato de regularização da dívida, em que estariam salva-

guardados os seus interesses e a manutenção dos postos de trabalho, “tendo em conta o interesse nacional e o facto de a mesma estar em funcionamento pleno”.

Na altura, foram visadas, entretanto, as empresas Fábrica de Tecidos (Mahinajethu – Satc), Fábrica Têxtil de Benguela (Alasola – África Têxtil) e a Nova Textang II, em Luanda, tendo sido todas alvo de arresto. E, já em Agosto de 2019, as unidades passaram para a tutela do Estado.

As participações das empresas Geni e Lektron Capital no Banco Económico também faziam parte do grupo dos activos visados. A primeira, pertencente a Leopoldino Fragoso do Nascimento, celebrou um contrato em kwanzas equivalente a 53,2 milhões de dólares, dos quais pagou 23,6 milhões de dólares. Na ocasião, a PGR informou que a Geni assumira o compromisso de proceder ao pagamento da dívida (29,5 milhões de dólares), tendo sublinhado que, caso não acontecesse, seria instaurado imediatamente “o procedimento cautelar de arresto das referidas participações”. Alguns dias depois, a PGR dava conta que o processo de pagamento por parte da Geni estava em curso.

Em relação à Lektron Capital, empresa pertencente a Manuel Domingos Vicente e Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, e que beneficiou do montante de 125 milhões de dólares, a PGR garantiu então que esta entregara, de forma voluntária, as participações sociais ao Estado.

Na altura, foi ainda instaurada uma providência cautelar contra a Suninvest para a “entrega imediata ao Estado das fábricas de medicamentos nas províncias de Luanda e Benguela” e anunciou-se a possibilidade de o Estado ficar com a totalidade da Biocom, para a “salvaguarda dos possíveis danos” provocados pela emissão da dívida soberana para o empréstimo de 210 milhões de dólares por um sindicato bancário, constituído por dois bancos nacionais.

Além destes, outros activos construídos com financiamento da Sonangol ou de outras empresas públicas foram arrestados ou os seus proprietários viram-se obrigados a pagar de forma imediata.

PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO

Taxa de sinistralidade do seguro volta a recuar

A taxa de sinistralidade do sector segurador em 2019 foi de 42,08%, registando-se um recuo de 5,29 pontos percentuais, comparativamente à taxa de 47,37% de 2018, quando se verificou uma queda de 7,85 pontos percentuais, face a 55,22% de 2017.

Os dados constam de um relatório da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg), que considera “muito bom para atrair todos os outros potenciais investidores que queiram entrar neste mercado” a “tendência decrescente quase uniforme” da taxa de sinistralidade dos últimos anos.

“Em 2019, o ramo que teve maior sinistralidade foi o de Acidentes, Doenças e Viagens, com cerca de 60,80%. Isso significa que, dos prémios recebidos nestes ramos, 60,80% foram pagos em indemnizações. Depois deste, aparece o ramo Automóvel, com 39,86% e, em terceiro, o ramo Petroquímica, com 29,41% de taxa de sinistralidade em 2019, respectiva-

mente”, lê-se no documento.

A Arseg sublinha que, “ao contrário do que acontece com a taxa de sinistralidade, cuja tendência tem vindo a ser decrescente”, os prémios de “resseguro cedido tendem a crescer” já que, em 2017, a taxa de cedência ao resseguro foi de 25,58%, em 2018 de 29,56% e, finalmente, em 2019, de 31,03%.

Em termos concretos, explica a Agência, saíram do país, em 2019, pouco mais de 56,630 mil milhões

de kwanzas, sob a forma de resseguro cedido.

No período, os prémios de seguro directo cresceram, em termos globais, cerca de 30,61%, face a 2018, passando de 139.726,8 milhões de kwanzas para 182.498,8 milhões de kwanzas. O ramo com maior peso na estrutura da carteira do mercado continua a ser o de Acidentes, Doenças e Viagens, que representou, em 2019, cerca de 55,63% do total de prémios de seguro directo, seguido do ramo Automóvel, com 12,44% e, em terceiro lugar, o ramo Petroquímica com 9,53%.

“Apesar de o ramo Vida ter crescido muito em 2019, o peso na carteira global de prémios continua muito residual e ronda à volta de 2,47%, o que nos leva a reflectir muito seriamente nas políticas de incentivo a estes produtos, sobretudo de capitalização, pois, grande parte dos seguros de vida que ainda são feitos são meramente para a obtenção de crédito bancário.”

As indemnizações, por seu turno, aumentaram 16%, passando de 66,1 mil milhões para 76,7 mil milhões de kwanzas.

MEMORIZE

● Depois da taxa de sinistralidade de 55,22% registada em 2017, o mercado terminou 2018 com uma taxa de 47,37% para 2019 registar 42,08%, considerado “muito bom” pela Arseg. O ramo Acidente, Doença e Viagens teve a maior sinistralidade com 60,80%, seguindo-se o Automóvel com 39,86% e o Petroquímico com 29,41%.



DE JURE

ENTRE OS VISADOS ESTÃO PESSOAS, GRANDES, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Jurista ‘condena’ enquadramento de crimes económicos no Código Penal

CÓDIGO PENAL. Causídico defende que ‘Proibição de pagamentos em numerário’ e ‘Retenção de moeda’ deveriam estar em normas do direito bancário, ou em directivas de administração bancária e financeira, sem a necessidade de a conduta das pessoas ser incriminada. ‘Crimes Contra o Mercado e a Economia’ podem resultar em prisão de até um ano.

Por Edno Pimentel

A inclusão dos artigos 467.º de ‘Proibição de pagamentos em numerário’ e 468.º relativo à ‘Retenção de moeda’ nos ‘Crimes Contra o Mercado e a Economia’ tem levantado alguns problemas até mesmo no meio académico. Para o jurista e docente Albano Pedro, a discussão é justificada com o facto de a finalidade do direito penal defender os bens mais importantes da sociedade, de entre os quais a liberdade e a integridade dos bens e das pessoas. “Esta lei não dá uma clara ideia de que bem jurídico é que quer proteger, sobretudo por ser uma norma que está subscrita na parte sobre os crimes económicos”, justifica.

Do ponto de vista sistemático, Pedro acredita que o legislador, provavelmente, pretendia proteger um outro interesse, mas acabou colocando numa secção que levanta dúvida sobre a necessidade de protecção que se pretende. No seu entender, essa norma só pode justificar-se por causa de um conjunto de crimes violentos que foram ocorrendo ao longo dos últimos anos, resultantes, por exemplo, do “transporte e manuseamento de somas avultadas que levaram muita gente à morte”.

“Muita gente foi sendo assaltada



Código Penal traz dois artigos virados para os crimes económicos

quando procedia à compra de bens e creio que a necessidade de proteger a vida das pessoas que fazem o manuseamento de somas muito altas tenha sido a razão de ser dessa norma. Só pode ser esta a justificação para esta norma, uma vez que o direito penal está para defender liberdades e integridade.”

Por outro lado, o causídico esclarece que, se for, por exemplo, para estimular a bancarização do dinheiro, para que a sociedade ganhe cada vez mais consciência de utilizar os meios digitais, optar por contratos para pagamentos a prestações e não pagar na totalidade muito dinheiro numa única prestação, ou seja, se não for para dar melhor educação de gestão finan-

ceira às pessoas, essa norma não tem razão de ser uma norma incriminadora e, por conseguinte, “não tem razão de estar no código penal”.

Por isso, Albano Pedro defende que esse ponto deveria estar numa outra norma, como, por exemplo, no direito bancário, numa directiva, numa norma de administração bancária e financeira, sem a necessidade de a conduta da pessoa ser incriminada.

Olhando para a sociologia do direito, o docente avança que há razões para que se cerceie a liberdade das pessoas de usarem muito dinheiro durante as transacções, dado o número de acções criminais que a Polícia, muitas vezes, apresenta. No entanto, ainda assim,

reitera Pedro, “a norma está mal enquadrada, não deveria estar nos crimes económicos, mas sim nos crimes contra as pessoas, contra as liberdades”.

“Portanto, no meu entender, houve um erro de sistemática desta norma, por ter sido enquadrada numa área onde não deveria estar”, insiste.

Para as pessoas que ainda trabalham na informalidade, Albano Pedro considera a norma “bastante pesada e extrema”, uma vez que a penalização deveria ser ponderada para aquelas situações em que os valores fossem manifestamente altos, ou seja, para indivíduos que levam valores significativamente altos e que, muitas vezes,

requer a presença de escolta.

“Portanto, ao invés de uma medida incriminadora, como a pena de privação de liberdade, prisão, ou a de multa, que é financeira, ela também compreende as chamadas medidas de segurança e de prevenção, como no levantamento de dinheiro nos bancos, enquanto instituição que devia ter a faculdade de limitar a soma, salvo justificação convincente”, sentencia o jurista.

PROIBIDO TRANSPORTAR MAIS DE 3 MILHÕES KZ

A Lei que aprova o Código Penal Angolano prevê punir, com multa de até 120 dias, “quem realizar, aceitar ou facilitar a realização de pagamentos em numerário num valor igual ou superior a 35.311 Unidades de Referência Processual ou o respectivo cor-respondente em kwanzas ou em qualquer outra moeda estrangeira, em transacções de qualquer natureza”.

De acordo com o artigo 467.º intitulado ‘Proibição de pagamentos em numerário’, a referida multa pode ser aplicada caso o valor transaccionado chegue aos quase 3 milhões de kwanzas.

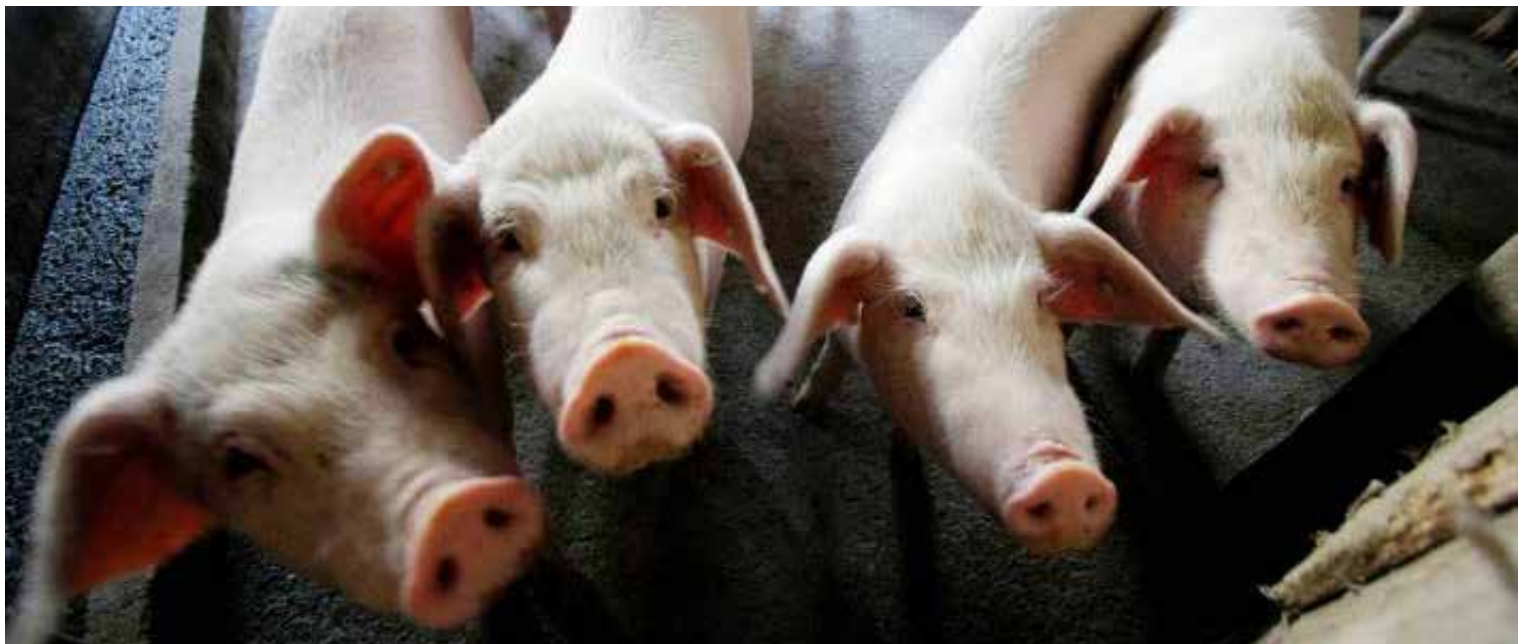
A medida, que aparece expressa no Capítulo II dos ‘Crimes Contra o Mercado e a Economia’, prevê ainda, no artigo 468.º, relativo à ‘Retenção de moeda’, que “quem retiver valores avultados em dinheiro, fora dos circuitos das instituições financeiras, sem justificação atenuável, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa até 120 dias”.

Conforme o diploma, “consideram-se montantes avultados a) “valores acima de 34.091 Unidades de Referência Processual [mais de 2,8 milhões de kwanzas, tendo como referência 84 kz por cada Unidade de Correção Fiscal, UCF], ou o respectivo correspondente em moeda estrangeira, tratando-se de pessoas singulares, microempresas ou empresas de pequena dimensão, associações, fundações, sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas ou organizações não governamentais” e; b) “valores acima de 56.818 Unidades de Referência Processual [mais de 4,7 milhões de kwanzas, tendo como referência 84 kz por cada Unidade de Correção Fiscal, UCF], ou o respectivo correspondente em moeda estrangeira, tratando-se de empresas de média ou de grande dimensão”. Sendo que a diferença de valores que exceda os limites objecto do crime previsto é apreendida e reverte a favor do Estado.

SECTOR AGRÍCOLA

Qin Yinglin, o agricultor mais rico do mundo

BILIONÁRIO. Também conhecido por 'rei dos porcos', Qin Yinglin, ganhou mais de 14 mil milhões de USD desde 2019, comprovado que o sector resiste a crises e que pode bem aproveitar as oportunidades que estas apresentam.



A

os 55 anos, o chinês Qin Yinglin, é o 43º mais rico do mundo, com mais de 18 mil milhões

de USD, segundo a Forbes. No entanto, o Financial Times colocava a fortuna do maior criador de porcos do mundo em cerca de 22 mil milhões de dólares, depois de no ano passado a gripe suína ter levado a um aumento de 160% do preço da carne suína nos mercados internacionais.

"A gripe suína vai fazer muitos pequenos fechar e assim colocar-se como oportunidade para os mais fortes na indústria" explicou o multimilionário reservado e que poucas vezes fala à imprensa, que viu as acções da sua empresa disparar em 200% em 2019. "Os magnatas das

160

Por cento do preço da carne suína nos mercados internacionais.

tecnológicas podem tomar conta dos rankings mundiais mas a fortuna que cresceu mais rapidamente foi a do criador de porcos" dizia um analista ao Business Insider.

Qin Yinglin nasceu em Henan, a província mais populosa da China, e a mulher, Qian Ying, ambos de origens humildes, formaram-se em criação de animais no final da década de 80, levados pela reforma económica da China, e começaram em 1992 a sua criação com 22 porquinhos.

Hoje, a sua empresa Muyuan Foods cria mais de 10 milhões de porcos, num país em que o consumo de carne de porco é parte da cultura. A China é o maior consumidor e o maior produtor de carne suína e este facto, que enriqueceu o casal, é o

mesmo que pode levar a intervenções do Estado para baixar os preços, levando a que a fortuna de Qin Yinglin se ressentia. Segundo avisam analistas que apontam para que os mais de 6 mil milhões de USD que a Muyuan facturou entre Fevereiro e Abril deste ano o trono de maior agricultor do mundo pode desaparecer com a mesma rapidez.

A Muyuan estreou-se na bolsa de Shenzhen em 2014 e a listagem foi instrumental para a capitalização da empresa que contou também com um financiamento do Banco Mundial através do IFC o braço dedicado ao sector privado da instituição. O casal retém cerca de 60% das acções da empresa que criaram em 1992.

O negócio não apenas se valorizou durante a crise do covid como fez o mesmo face à gripe suína devido, segundo Qin Yinglin, a uma grande capacidade de dar respostas atempadas ao desafio de higienização e introdução de protocolos de segurança de saúde que se tornaram marca dos seus produtos. Para além de carne, a Muyuan Foods especializou-se também na venda de animais e na produção de rações e é prova de que há milhões à espera de ser colhidos no sector agrícola.

O Financial Times colocava a fortuna do maior criador de porcos do mundo em cerca de 22 mil milhões de dólares.



(In)formalizando

INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO AGRÍCOLA

União Europeia disponibiliza 38 milhões de dólares para agricultores

A União Europeia disponibilizou uma linha de financiamento avaliada em 38 milhões de dólares para os agricultores da Huíla e Kwanza-Sul. A verba, inserida no âmbito de implementação do Projecto da Agricultura Familiar e Comercialização e destinada a cobrir a época agrícola 2020-2021, vai beneficiar 30 mil famílias dedicadas ao cultivo da terra. A Huíla é que mais agricultores vai abranger, com um total de 25 mil, ao passo que o Kwanza-Sul terá 5 mil. O Fundo Internacional para

o Desenvolvimento (Fida) responsabiliza-se pela entrega da verba que servirá para a compra de fertilizantes, instrumentos e equipamentos de trabalho, e sementes de feijão, massambala, massango e milho. Segundo David Tunga, director nacional do Instituto de Desenvolvimento Agrário, do valor disponibilizado, foi possível adquirir, numa primeira fase, para a Huíla, 100 toneladas de sementes de milho, 700 de adubos, 180 de sulfato, amónio e ureia, respectivamente. Ainda que insu-

ficientes para dar resposta à necessidade, o responsável refere ser o “essencial” em fase de pandemia que impôs restrições na circulação entre países. Além da verba da União Europeia, o projecto conta com uma verba disponibilizada pelo Governo, de 154 mil milhões de kwanzas. De acordo com David Tunga, o valor serviu para a compra de 60 mil charruas. Com três anos desde que foi lançado, o Projecto da Agricultura Familiar e Comercialização está presente em dez das 18 províncias.



Pape cria 1.226 oportunidades de empregos

A ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, afirmou, no Namibe, que o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (Pape), beneficiou já 1.226 empreendedores com kits, carteiras profissionais e microcréditos, desde o relançamento no Uíge, em Setembro último. “O objectivo do plano é criar oportunidades de inserção de mais jovens no mer-

cado de trabalho”, lembrou Teresa Dias, durante a jornada de trabalho no Namibe, onde foi lançada a primeira pedra para a construção do Centro Integrado de Formação Profissional de Moçâmedes, que vai ministrar cursos em 14 especialidades.

Namibe é a sexta província a testemunhar ao lançamento do plano, depois do Kuando-Kubango, Uíge, Moxico, Luanda e Huíla.



COMBATE AO DESEMPREGO E POBREZA

Fomento ao empreendedorismo custa 75 milhões de kz à administração do Lubalo

Com vista a fomentar o empreendedorismo local, a administração do Lubalo, na Lunda-Norte, empregou 75 milhões de kwanzas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

O valor, segundo o administrador da localidade, Silvestre Cheleca, serviu para apoiar os empreendedores com meios de trabalho, como equipamento informático, de corte e costura, bem como transporte para facilit-

tar o escoamento dos produtos agrícolas do campo para a cidade. Além de permitir a aquisição de animais, de forma a incentivar a agro-pecuária.

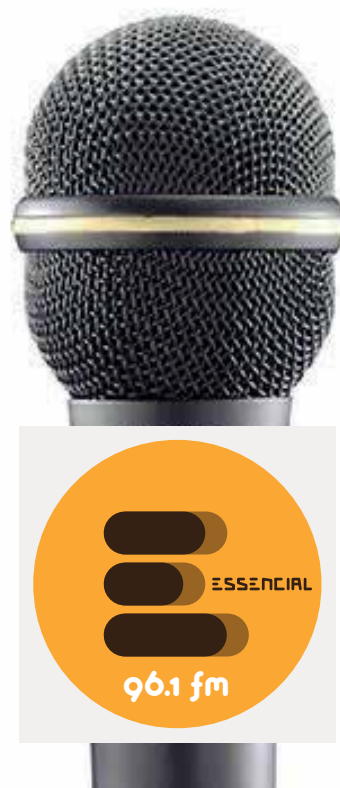
O programa beneficiou 183 empreendedores, entre jovens, ex-militares e viúvas, que antes foram submetidos à formação de empreendedorismo para melhor desenvolverem a actividade.

Até ao final de 2022, a administração prevê formar em empreendedores em diversas áreas pelo menos 206 pessoas.



O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



O Orçamento Geral do Estado e as Bodas de Papel do IVA



Amílcar Nunes,
Associate
Partner EY, Tax
Services

Ensina-nos a sabedoria popular que, após um ano de casamento, se celebram as bodas de papel. A realidade encarrega-se de concretizar o folclore e assim é com o IVA em Angola. No passado dia 1 de Outubro de 2020, celebrou-se um ano da implementação do sistema IVA em Angola, numa união contratual tributária entre a sociedade civil, os agentes económicos e o Estado. Um ano volvido, é possível avaliar a implementação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado em território angolano como um verdadeiro sucesso. Esta aferição é, naturalmente, efectuada tendo por base a arrecadação fiscal do imposto, cumprindo as suas funções orgânicas e o propósito último da sua implementação. De facto, nos primeiros seis meses de 2020, a arrecadação fiscal em sede de IVA, no que respeita aos contribuintes do regime geral, ascendeu a 316.596 milhões

de kwanzas, ou seja, mais do que 50% da execução projectada para este regime em sede de Orçamento Geral do Estado. Pese embora o impacto pandémico transversal a todos os sectores de actividade económica angolana, o comportamento da receita fiscal em IVA parece perspectivar boas notícias em termos da arrecadação fiscal total para 2020. Contudo, não obstante o seu aparente sucesso e um ano depois da sua implementação, o IVA em Angola carece de alterações. De facto, atenta a complexidade da mecânica do IVA, a sua implementação foi projectada de forma faseada. Nesta medida, abinitio foi instituído um regime transitório para determinados contribuintes angolanos, o qual conhecerá o seu fim a 31 de Dezembro de 2020. Nestes termos e em sede de proposta do Orçamento Geral do Estado para 2021, foi recentemente apresentado um conjunto de alterações ao sistema IVA angolano, das quais destacamos as seguintes:

1. Criação de um regime simplificado em substituição do regime transitório e do regime de não sujeição, para os sujeitos passivos que apresentem, nos 12 meses anteriores, um volume de negócios ou operações de importação igual ou inferior a 350 milhões de kwanzas;
2. Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado

apuram o imposto devido mensalmente mediante a aplicação da taxa de 7% sobre o volume de negócios efectivamente recebidos, incluindo os adiantamentos ou pagamentos antecipados, com direito à dedução de 7% do imposto suportado a montante;

3. No regime simplificado a aquisição de serviços a prestadores não residentes obriga à liquidação de imposto à taxa de 7% sobre o valor do serviço efectivamente pago.

4. Excluem-se do âmbito de aplicação do IVA as pessoas singulares ou colectivas que não ultrapassem os 10 milhões de kwanzas de volume de negócios ou operações de importação, com referência aos últimos doze meses, entre outras propostas.

Sempre soubemos que o regime transitório consistia num mal menor no domínio do desígnio nacional de implementação do IVA em Angola. Uma dor de crescimento, chamemos-lhe assim, a bem da aceitação empresarial e social do novo imposto. Um ano depois, observa-se e certamente continuará a observar-se um aperto da malha relativamente ao universo dos contribuintes que se encontram sujeitos ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado. Será esse o caminho, para o IVA e para Angola. E, se assim for, cá estaremos para celebrar as bodas de ouro.

“Aproveitar activos para atrair investidores acabaria com a dependência dos governos africanos exclusivamente de doadores e de instituições de financiamento para o desenvolvimento.”

Como pode África auto-financiar a recuperação económica



Alain Ebobissé,
Director Executivo
da Africa50

Para África, a pandemia de covid-19 poderá traduzir-se, provavelmente, num crescimento negativo do PIB a taxas inéditas. Além disso, vários países africanos já estão a enfrentar as consequências de um colapso do preço das matérias-primas, um outro factor importante para as actuais tendências recessivas.

O continente tem agora de conduzir a recuperação económica ao mesmo tempo que constrói resiliência a choques futuros. Desde o fortalecimento do sector da saúde, até ao fomento do crescimento económico alargado, os líderes africanos precisam de desenvolver novas estratégias para a resolução de desafios estruturais. Com os parceiros externos do continente também atingidos pela covid-19 e preocupados com as suas próprias necessidades internas, e com a saída de capitais dos mercados emergentes (nomeadamente, de África) a um ritmo histórico, mesmo antes da pandemia, os decisores políticos de África precisam de se virar para dentro.

Uma solução possível consiste num programa em larga escala para investimento em infra-estruturas, parcialmente financiado pela mobilização de recursos nacionais através da reciclagem de activos, que permite aos governos libertarem capital empatado em algo que já possuem. Ao disponibilizarem estes activos, mediante regimes de concessão a investidores credíveis do sector privado, os governos poderiam libertar financiamento para novos projectos críticos. Estas con-



cessões asseguram fluxos de receita a longo prazo e novas oportunidades de investimento em infra-estruturas que deverão atrair mais capital de investimento a África. Portanto, a reciclagem de activos pode ajudar a saldar o enorme défice de financiamento em infra-estruturas do continente, avaliado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) entre os 60 e os 108 mil milhões de dólares anuais.

Os activos recicláveis incluem centrais eléctricas, estradas com portagens, portos, aeroportos, redes de fibra óptica, gasodutos, entre outros. Os fundos gerados pela rentabilização destes activos poderiam ser investidos em novos projectos com efeitos multiplicadores potentes, que criem empregos e oportunidades empresariais por toda a economia de um país. Isto é essencial, se considerarmos as enormes perdas de empregos que o continente está a enfrentar e os milhões de jovens que entram todos os anos no mercado de trabalho.

Embora a reciclagem de activos nunca tenha sido experimentada em África, a Austrália já a utilizou com êxito para gerar mais de 25 mil milhões de dólares australianos (18 mil milhões de dólares) em três anos, através da reciclagem de apenas 12 activos detidos pelo Estado. Os governos africanos poderiam repetir este processo por todo o continente para ajudar a eli-

minar o défice anual de financiamento em infra-estruturas.

Além dos benefícios imediatos, a reciclagem de activos em África poderia atrair uma nova classe de investidores em infra-estruturas. Na Austrália, uma combinação de fundos soberanos, de fundos de pensões e de vários fundos investimentos privados participou nesses projectos. Aproveitar activos para atrair investidores semelhantes acabaria com a dependência dos governos africanos exclusivamente de doadores e de instituições de financiamento para o desenvolvimento. A minha organização, Africa50, está actualmente a debater a implementação de projectos de reciclagem de activos com vários governos no continente.

O investimento em larga escala em infra-estruturas encaixa-se com a aposta na digitalização, que pode reduzir os custos dos intervenientes públicos e privados, melhorar a sua eficiência, ultrapassar obstáculos físicos e melhorar a qualidade dos serviços prestados a clientes e cidadãos. A transformação digital do continente prossegue a bom ritmo, independentemente do indicador escolhido: o número de novas ligações à banda larga está a disparar, a utilização de telemóveis continua a subir e o continente é um líder global no dinheiro móvel. E o 'novo normal' do trabalho remoto e as alterações nos comportamen-

tos dos consumidores desencadeadas pela covid-19 representam uma oportunidade para todo o continente acelerar este processo.

Mas, embora o crescimento económico e a criação de emprego em África beneficiassem claramente com uma digitalização continuada, a penetração da banda larga ainda está abaixo da média global. Não será possível uma transformação digital completa sem uma infra-estrutura básica fiável. A implementação do acesso universal da banda larga em 4G/5G e a expansão das redes de cabo de fibra óptica necessitam de 100 mil milhões de dólares adicionais até 2030, segundo o Banco Mundial. A recolha dos fundos necessários torna-se um objectivo prioritário para os governos africanos à medida que tentam adaptar-se a um mundo pós-covid-19, e a Africa50 já está a trabalhar numa transacção deste tipo num país accionista, aplicando princípios de reciclagem de activos.

As estratégias de reciclagem de activos proporcionam claramente um modo viável para que os governos africanos contribuam, de forma significativa, para o auto-financiamento dos investimentos de que os países necessitam. E, embora o desenvolvimento de infra-estruturas digitais em larga escala seja apropriadamente uma prioridade para os países africanos, os governos têm também de se concentrar no

apoio a empreendedores com ecossistemas que fomentem a inovação digital. Iniciativas como a Cidade de Inovação de Kigali proporcionam apoio 'plug-and-play' a empresas tecnológicas ou do conhecimento.

Finalmente, os governos africanos têm de reforçar a integração regional através da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA). As infra-estruturas partilhadas são de importância vital para o desenvolvimento da capacidade industrial, mas muitas comunidades económicas africanas estão atrasadas neste domínio. A integração da infra-estrutura energética, em especial, estabilizaria os fornecimentos e reduziria os custos, com efeitos para toda a economia. A iniciativa Deserto para Energia do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), por exemplo, procura desenvolver 310 gigawatts de energia renovável na região do Sahel para fornecer energia a 11 países, entre os quais, a Nigéria, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Djibuti e Eritreia.

De forma semelhante, a integração regional das cadeias de aprovisionamento através da implementação plena da AfCFTA impulsionaria as economias locais e fortaleceria a capacidade produtiva nacional. A maioria dos países africanos depende do comércio com parceiros não-africanos para perto de 30% do seu PIB. Ao encorajar o comércio intra-continental, a AfCFTA apoiará o crescimento das vendas do sector industrial do continente aos mercados locais. E aumentar o comércio intra-continental a partir do seu nível actual (15% de todo o comércio) para cerca de 60% poderá criar milhões de empregos.

Nitidamente, uma recuperação concebida e financiada em grande parte por africanos é algo de alcançável. Apesar de a pandemia estar a afectar duramente o continente, estratégias, como a reciclagem de activos, a digitalização continuada e uma integração regional mais forte, podem ajudar a garantir que África tenha a força suficiente para reagir.

Opiniões

E agora pergunto eu...



GERALDA EMBALÓ
Directora-Geral
Adjunta

Ultimamente, Angola parece só fazer por merecer chamadas de atenção lá de fora, raspanetes e ralhetes como se fosse criança travessa.

Um desses últimos ralhetes veio da Organização Mundial do Comércio (OMC), que, pela voz dos membros Rússia, União Europeia e EUA, voltou a repreender Angola por causa do decreto que, no âmbito do Prodesi, cria uma lista de produtos cuja produção nacional se quer incentivar e proteger, e que, por isso, se desincentiva a importação. Os EUA que disseram que presam o parceiro comercial Angola, mas que os investidores internacionais estão confusos com as medidas e com a sua implementação. E tudo isto deixa a imagem de um governo confuso e errático lá fora. O ralhete foi mesmo tipo mais velho para criança, sobretudo porque, segundo os EUA e a Rússia, a explicação que Angola deu foi atabalhoada, fora das normas e canais apropriados para o fazer, sem o devido processo, enfim, à bruta, com mais musculo do que cabeça, como já se tornou marca do Governo.

Angola tem um desafio enorme que é o de reeducar todo o tecido económico do país para deixar de viver de petróleo e do Estado, e corrigir vícios que prejudicam as cadeias de produção interna e impedem a sua sustentabilidade.

Um desses vícios é, sem dúvida, vivermos de importação e outro é importação para exportação de divisas que arrasam a produção interna e secam a economia do país. A medida de proteger o que cá se produz é acertada, assim como é a de corte da cedência de divisas públicas para a importação de produtos que o país já produz que também veio no âmbito do Prodesi e só peca por tardia. O Governo não proibiu

a importação, só disse, “se querem importar o que se produz aqui, então usem as vossas divisas em vez das do BNA”. As reservas internacionais quedaram 40% nos últimos três anos, por isso é vital reorganizar prioridades. Esta medida é corajosa porque põe um travão a um dos principais impeditivos à produção interna que, com os custos que tem não, consegue competir com as importações e, por outro lado, põe um travão a um dos canais de fuga de capitais mais importantes do país, que é a importação. Uma medida corajosa...

“Corajoso” é, no entanto, um adjectivo que se tornou duvidoso porque o Governo e o partido no poder o vilipendiaram de forma abusiva até o descaracterizem completamente nas tentativas de enaltecer o chefe pelo seu combate à corrupção, que “todas as mães já sabem” que é só à corrupção de alguns, com critérios subjectivos, assim aqueles de quem não gosta ou que dão jeito à agenda política. Na mesma semana em que o PR se tornou alvo de todas as inadmissíveis chacotas por causa do novo código penal, a SIC “teve acesso” a um dossier sobre mais de 3 mil milhões de USD que passaram para uma empresa do ex-vice-Presidente, e pergunto-me se o timing poderia ter sido mais oportuno... 3 mil milhões são milhões suficientes

para distrair a opinião pública de temas incómodos para o Governo. Esse combate à corrupção instrumentalizado, manipulado, sempre cheio de contradições e critérios dissimulados, usado desabridamente para servir uma agenda política, torna-se assim cada vez mais a antítese, o oposto de ‘corajoso’.

Utilizar a força para esmagar quem não tem força, é precisamente o contrário de coragem, é cobardia. E, por mais que se engrosse o número de pessoas a repetir “corajoso, corajoso, corajoso”, por mais alto que batam palmas a realidade de que usar a força seja ela física, política, judicial policial ou mediática, usar a força para esmagar quem é mais fraco ou está mais fraco é e vai continuar a ser sempre o oposto de coragem, vai continuar a ser sempre cobardia e cobarde quem o defende.

A definição de coragem é enfrentar os mais poderosos para defesa do que é o melhor para todos, para defesa de ideais. Coragem teve o jovem estudante Inocêncio de Matos, que perdeu a vida às mãos da polícia porque protestou contra a falta de tudo de que milhões de angolanos sofrem. Coragem é a do seu pai que tem de enterrar um filho, apesar de lembrar que “perder um filho no terceiro ano da faculdade é perder a esperança

da prosperidade familiar”. Toda a repressão de que foram vítimas e que continuam a ser com as mais idiotas e desalmadas iniciativas como desaparecer com o corpo para evitar a autópsia, proibir homenagens e vigílias, apagar murais, toda a força de todo o tipo usada para silenciar estes corajosos não tem outro nome senão cobardia.

Mas no caso do Prodesi, o Governo foi corajoso porque, naquela arena, é um ‘mais fraco’ a tentar proteger o objectivo de reestruturar a economia nacional e de dar espaço à produção interna, coisa que, com o petróleo em declínio, é urgente. E está a proteger esse objectivo urgente mesmo correndo o risco de antagonizar poderosos como a Rússia, a União Europeia e os EUA.

As medidas têm de ser adequadas às regras que subscrevemos a nível das organizações internacionais porque, segundo os especialistas, há maneiras inteligentes de proteger a produção nacional sem quebrar as regras da OMC. O que faltou aqui foi mesmo a humildade de ouvir e perceber como o fazer usando a cabeça em vez do músculo.

Outro ralhete que se juntou aos de várias organizações internacionais motivados pelas reacções do Governo às manifestações veio da União Europeia, que lembrou o Governo de que as liberdades de expressão e de reunião não podem desaparecer quando há desafios e a covid-19 não é para servir de desculpa para atropelar essas liberdades.

E agora pergunto eu porque é que, em pleno século 21, e num país que já teve de lutar tanto para conquistar essas mesmas liberdades, estamos ainda a receber ralhetes desta natureza vindos de fora? Onde estão as pessoas que lutaram tanto por essas liberdades dentro do Governo? Porque se calam? O jovem que morreu podia ser filho, primo, irmão de qualquer um dos muitos governantes que temos, morreu às mãos das instituições que o deviam proteger, como é possível as mesmas pessoas que lutaram pela liberdade mascararem agora essa falência? Onde está a empatia com a família, com o pai, antigo combatente? Onde está a decência?



“Pode não se tratar de mera reaparição da política tradicional, mas da sua reorientação em bases mais rigorosas de liberalismo.”

Brasil – Eleições municipais traduzem reorientações



Jonuel Gonçalves,
Economista

No próximo domingo, 29, vão decorrer 57 segundas-voltas das eleições municipais do Brasil. São cidades de grande porte onde ninguém conseguiu maioria absoluta na primeira-volta, embora tenha ficado patente um recuo na popularidade do presidente Bolsonaro enquanto o PT do ex-presidente Lula não recuperou a sua antiga força.

Destas 57, há 18 capitais de Estado, incluindo os dois maiores colégios eleitorais do país e os seus dois maiores centros industriais: São Paulo e Rio de Janeiro. Na capital paulista, defrontam-se o atual prefeito, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, do ex-presidente FH Cardoso) e Guilherme Boulos do Partido Socialismo e Liberdade (Psol, esquerda). No Rio, os adversários são o atual prefeito, Marcelo Crivela, bispo evangélico apoiado por Jair Bolsonaro e o ex-prefeito Eduardo Paes, do Democratas (DEM, direita liberal), partido que venceu na primeira-volta em municípios importantes, como Salvador (Bahia) e Florianópolis (Santa Catarina).

Outro município de alto volume populacional e económico, Belo Horizonte (Minas Gerais) reelegeu o atual prefeito, também de linha liberal, embora o seu partido tenha a designação de social-democrata (PSD). Trata-se de personalidade de muita visibilidade por ter sido presidente de um dos maiores clubes do Brasil, o Atlético Mineiro.

Entre as outras grandes cida-



des com segunda-volta, em Recife (Pernambuco) a esquerda vai conquistar a Prefeitura, pois ambos os candidatos são de partidos dessa tendência e, curiosamente, primos. As sondagens de opinião atribuem favoritismo a Marília Arraes, do PT, com 55% das intenções contra 45% a seu primo, João Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) e São Luís do Maranhão os panoramas seriam diferentes. Na capital gaúcha, as sondagens apontam para Sebastião Melo, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, aglomerado de várias tendências de centro e direita), com 61% das intenções de voto e 38% para Manuela D'Ávila, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em São Luís, onde o governador Flávio Dino também é PC do B, a sua base de apoio dividiu-se, enfraquecendo-o como pré-candidato de esquerda às eleições presidenciais de 2022.

Aliás, no Rio de Janeiro, se a esquerda tivesse apresentado candidato único, estaria na segunda-volta, pois a soma das suas três

candidaturas era superior à do prefeito Crivela. Este está em grande dificuldade segundo as sondagens que lhe atribuem apenas 29% contra 71% do seu adversário.

Em São Paulo, ao Prefeito Bruno Covas as mesmas sondagens – tanto do IBOPE como da Datafolha – atribuem fortes chances de reeleição com 58%, enquanto Boulos faria 42%. Ambos são grandes adversários políticos do presidente Bolsonaro.

Avaliações independentes assinalam que Bolsonaro é penalizado pelo seu negacionismo em relação à pandemia e pelos discursos em tom de autoritarismo, enquanto o PT continua a sofrer larga rejeição pelo envolvimento em casos de corrupção e ter apresentado baixos níveis de gestão a partir de 2012 (o que deu lugar às manifestações de protesto em 2013).

Assim, reemergem partidos tradicionais onde se produziram reavaliações da situação. Pode não se tratar de mera reaparição da política tradicional, mas da sua reorientação em bases mais rigorosas de liberalismo (político e económico)

Bolsonaro é penalizado pelo seu negacionismo em relação à pandemia e pelos discursos em tom de autoritarismo, enquanto o PT continua a sofrer larga rejeição pelo envolvimento em casos de corrupção

e prováveis reaproximações voltadas para as presidenciais de 2022.

A esquerda continua a ter no PT o seu partido principal, mas a soma das demais formações (PDT, PSB, PSOL) ultrapassa-o em número de eleitores, aconselhando a mais moderação petista na reclamação de liderança.

O desempenho do PT nesta segunda-volta pode diminuir o impacto dos recuos, caso vença em grandes cidades onde está na disputa, como Recife e Fortaleza (Ceará)

Quanto a Bolsonaro envolve-se menos na segunda-volta e joga em medidas económicas e sociais a serem tornadas públicas após as eleições e que, elaboradas há alguns meses, foram suspensas em virtude do calendário eleitoral.

No Brasil, há 5.568 municípios e 145 milhões de eleitores.

Nos totais da primeira-volta, o MDB conquistou 755 prefeituras; o PP (próximo do poder), 671; o PSD, 633; o PSDB, 491; o DEM, 423 e, em 11.º lugar, o PT obteve 174. Mas, como o tamanho dos municípios em número de eleitores é muito variável, o total de votos para cada partido cria outra classificação.

Assim, o MDB mantém o primeiro lugar com cerca de 10,9 milhões de eleitores, o PSDB e o PSD sobem a segundo, na faixa dos 10,6 cada um. O DEM fez 8,2 milhões e o PT apareceu em sexto, com 6,9 milhões de eleitores. Outras duas formações de esquerda ou centro esquerda – o PDT e o PSB – representam, respetivamente, 5,3 e 5,2 milhões de eleitores.

Até aqui, há apenas 11% de mulheres eleitas para dirigir municípios e 32% de negros, mestiços (classificados como “pardos”), índios e pessoas de ascendência asiática. Na segunda-volta, considerando os cargos de prefeito e vice-prefeito, há 20 candidatas e 94 candidatos. Em termos raciais, são 81 brancos, 32 negros e mestiços e um que desconhecemos nestes termos.

Como em todo o mundo, as eleições locais ultrapassam sempre esse âmbito, sobretudo em épocas de grandes crises. Desta forma, as municipais brasileiras são um teste de força e de eventual evolução partidária, já com os olhos nas eleições nacionais de 2022.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Sobre

Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos



11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos

Ver tudo



Edição 235 Partilhas 95 Likes 428

A edição 235 do Valor Económico, cujo destaque principal foi a venda pela Sonangol do bloco 21, que custara mais de três mil milhões de dólares, à total por 400 milhões de USD, gerou mais de cinco mil interações e perto de 50 mil internautas alcançados. Na página do VE no Facebook as opiniões dos internautas sobre o tema pouco discordavam entre si.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Jeremias Yessunga Yessunga
Venderam pelo valor residual...



Guilherme Mampuya
Nada ... tem de cassar a imunidade do koto e levar lo as barras do tribunal.



Jose Carlos Ramos
O intocável



Joaquim Filipe Valentim Pereira Baptista
GRANDES NEGÓCIOS, feitos pelo executivo. NEGÓCIOS OU NEGOCIATAS?



Divaldo Cruz
A Sonangol só dá prejuízos.



Dionísio De Jesus Marley
E se calhar tais 400 milhões foi mesmo tirado da tal Sonangol



Nanda Ladeira
Angola, no tempo colonial estava num patamar muito alto de desenvolvimento em vários níveis, e não se falava de petróleo nem de Sonangol



Antonio Jose Nanda Ladeira
Nem havia marimbondos. Eram combatidos com o simples Sheltox.



Arnaldo Ases
Gestão danosa



Giresse Manuel Morais
Nesse país infelizmente tudo que é perverso acontece



James Son
Que perda...



Carlitos Neto El General
Neste país quem pensa o contrário, quem tem opinião contrária é dado como inimigo. Só Deus mesmo



Emilio Mario Mário
Depois dizem que não tem dinheiro.



Kuku Bernardo
Bloco já deram na tampa perdeu validade



Adilson Diassonama da Costa
MV...



Domingos Campos Campos
Muita miha q passou ali



Isaac Costa
Esses lacaios pensam que ANGOLA é herança dos seus familiares. O fim do regime está chegando... ainda bem que o dono do poder (povo)... já acordou e quando o povo acorda o regime ã consegue dormir...



João Manuel Madeira
Entretanto, quem deveria responder por isso, está em Espanha a gastar o vosso dinheiro!!!!...



Egas Baião
Isso não me interessa, já sabemos que a PGR não vai fazer nada.

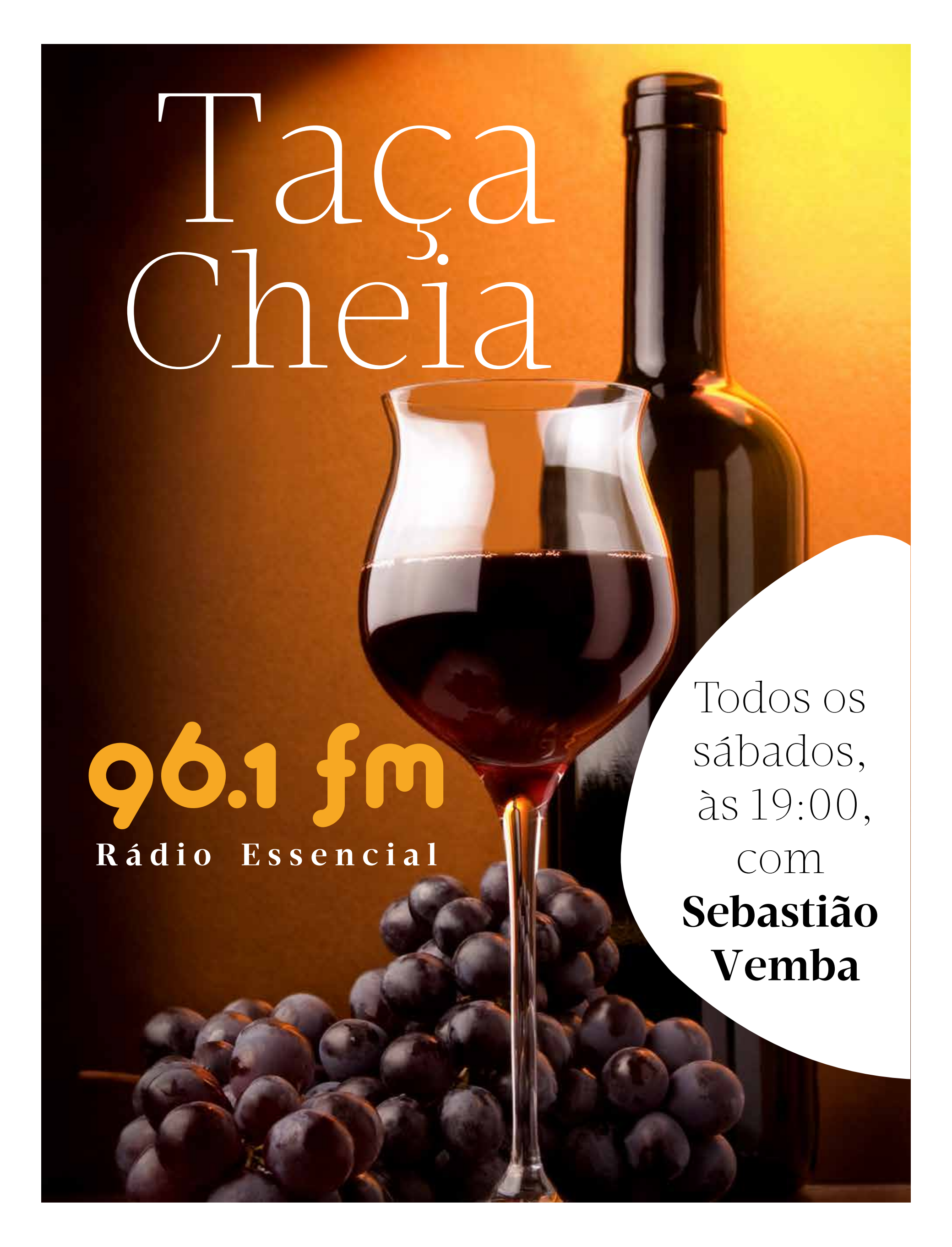
Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Taça Cheia

A still life photograph with a warm, orange-gold background. In the center is a tulip-shaped glass filled with red wine. Behind it is a dark wine bottle. In the foreground, a large bunch of dark purple grapes is visible. The overall mood is sophisticated and elegant.

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

EM JANEIRO DO PRÓXIMO ANO

Espanha e Alemanha começam a vacinar

O presidente do governo espanhol, Pedro Sánchez, anunciou que Espanha e a Alemanha serão os únicos países europeus a ter um plano estruturado para iniciar a vacinação da população contra a covid-19 já a partir de Janeiro de 2021.

De acordo com as explicações do líder do governo espanhol, que falou à comunicação social após a reunião virtual do G20, o plano de vacinação espanhol deve ser aprovado pelo Conselho de Ministros já nesta terça-feira e assenta em cinco eixos de actuação, dos quais sobres-

saem a definição de 13.000 pontos de vacinação e uma estratégia nacional única, desenvolvida por um grupo multidisciplinar de peritos. “Todos os anos, 10 milhões de pessoas são vacinadas em Espanha contra a gripe.

Por conseguinte, considera-se que o Sistema Nacional de Saúde está preparado para atingir este objectivo. Um exemplo: este ano, em oito semanas, 14 milhões de pessoas foram vacinadas”, disse.

Espanha já está a criar condições logísticas para garantir “a temperatura necessária” para a conservação da vacina,

que, no caso da BioNTech/Pfizer, exige uma temperatura de 70 graus negativos.

A União Europeia já assinou contratos com as empresas farmacêuticas AstraZeneca, Sanofi, Janssen e BioNTech/Pfizer para mil milhões de doses expansíveis, a assinatura com a CureVac estará iminente e as negociações com Moderna para 400 milhões de vacinas adicionais estão numa fase muito avançada. Espanha, segundo Sánchez, será responsável por 10% dessas doses que a União Europeia poderá colocar à disposição dos países membros.



LABORATÓRIO ASTRAZENECA

Vacina com eficácia média de 70%



A vacina contra a covid-19 desenvolvida pelo laboratório britânico AstraZeneca e pela Universidade de Oxford tem uma eficácia média de 70%, segundo comunicado divulgado dos especialistas.

Estes são resultados provisórios dos ensaios clínicos em grande escala desenvolvidos no Reino Unido e no Brasil, diz a AstraZeneca. Em relação aos dados já disponíveis, a vacina tem uma taxa de eficácia menor do que as da Pfizer/BioNTech ou Moderna, que ultrapassam os 90%.



AUTORIDADES INFORMAM

Entrada em Macau de estrangeiros na China limitada

As autoridades de Macau informaram que só os estrangeiros que já estão na China continental vão poder, em condições excepcionais e mediante pedido aos Serviços de Saúde, entrar no território a partir de 01 de Dezembro.

“A medida é para aqueles que já estavam no interior da China e têm necessidade de vir para Macau”, precisou o médico Alvis Lo Iek Long, responsável pelos Serviços de Saúde, durante a conferência semanal de acompanhamento da situação da covid-19 no território.

Macau fechou as fronteiras a estrangeiros não residentes desde 18 de Março, mas as autoridades anunciaram, no sábado, que quem tenha permanecido na China continental nos 14 dias anteriores à entrada no território pode pedir a isenção das restrições à entrada na região administrativa especial chinesa, se for casado ou filho de residentes.

Essa possibilidade existe também para quem tiver obtido autorização de residência, tiver sido admitido em instituições de ensino superior de Macau, ou seja, “participante em actividades de negócios, académico ou profissional especializado”.

Podem ainda pedir autorização aos Serviços de Saúde para entrar no território os estrangeiros que forem detentores “de autorização de permanência para trabalhador não residente ou de título de autorização de entrada para efeitos de trabalho ou de outros títulos de autorização de permanência para efeitos de acompanhamento de agregado familiar”, tanto os “já obtidos” como os que têm “condições para a sua obtenção”.

A ASSOCIAÇÃO das Companhias Aéreas em Portugal (RENA) propôs nesta segunda-feira a realização de testes rápidos de antígeno a todos os passageiros antes do embarque, em alternativa às quarentenas e ao encerramento de fronteiras, que estão a causar “devastação económica”.

NUM ENCONTRO COM O GOVERNO

União Europeia apela ao respeito pelos direitos humanos

A embaixadora da União Europeia em Angola apelou ao respeito pelos direitos humanos e liberdade de expressão apesar das restrições impostas pela covid-19, reconhecendo que existem “algumas preocupações” neste domínio que foram expressas junto do

Governo angolano.

Jeannette Seppen falou após um encontro com o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, em Luanda, que teve como objectivo avaliar a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos e o seguimento das recomendações da Avaliação Periódica e Universal do III Ciclo.

No encontro anual da delegação da União Europeia com o Governo, foram tratados vários aspectos dos direitos humanos num diálogo que Jeannette Seppen considerou “muito rico”. Entre os assuntos abordados, foi focado o impacto da covid-19

em Angola, nomeadamente na saúde, economia e na liberdade de expressão e de reunião, mas também o plano de combate ao tráfico de seres humanos.

“Foi um intercâmbio muito aberto, muito rico”, afirmou Seppen, assinalando que há a garantia da parte angolana de que os compromissos no que diz respeito aos direitos humanos vão continuar a ser respeitados.

“Nós expressamos as nossas preocupações e sublinhamos mais uma vez a importância do respeito dos direitos humanos, mesmo numa fase muito difícil que também nós passamos na Europa. Há mais desafios do que antes”, comentou a embaixadora da UE.

Jeannette Seppen realçou que certas liberdades, como a liberdade de expressão e de reunião não podem sair dos padrões internacionais e “têm de ser respeitadas”.



PEDIDO FOI FEITO AO PARLAMENTO

Governo cabo-verdiano pede aumento do endividamento

O governo cabo-verdiano vai pedir ao parlamento para aumentar o limite do endividamento interno fixado anualmente em 3% do PIB para 4,5% em 2021, conforme proposta de lei.

No documento, que a Assembleia Nacional deverá discutir na segunda sessão parlamentar ordinária que decorre nesta quarta até sexta-feira, o governo recorda que a crise

sanitária e económica provocada pela pandemia da covid-19 tem obrigado à adopção de “um conjunto de medidas” de “carácter excepcional” para “controlar a situação epidemiológica do país” e “mitigar o efeito da crise económica”, com o reforço de medidas de inclusão social e apoio às empresas.

Esta proposta de lei do governo estabelece “uma medida temporária de aumento

do limite do endividamento interno, no âmbito do contexto da covid-19”. Para garantir a sustentabilidade das finanças públicas, a Lei de Bases do Orçamento do Estado estabelece um limite específico de endividamento anual da administração central, designadamente “o limite anual do financiamento com recursos internos até 3% do Produto Interno Bruto a preços de mercado”.

REVELA A ANPG

Pandemia retardou relançamento da exploração petrolífera

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) anunciou que o programa de relançamento da actividade de exploração petrolífera “foi protelado” pela covid-19, assumindo que, em 2020, as actividades exploratórias “estão tímidas”.

A informação foi avançada pelo director do gabinete de Planeamento Estratégico da ANPG, Alcides Andrade.

O responsável, que falava num ‘webinar’ sobre “O Ciclo de um Projecto Petrolífero”, em Luanda, reconheceu que as actividades exploratórias em 2020 “estão tímidas, por causa da pandemia, estando relançadas para os anos que se seguem”. “Foi um pouco ajustado face àquela que era a nossa perspectiva em 2019”, disse, recordando que os desafios do sector petrolífero tiveram um acento tónico em 2014, ano em que se registou a queda brusca do preço do barril de petróleo.

Esta queda do preço do barril de petróleo, maior suporte da economia, em 2014, trouxe várias implicações para a condição socioeconómica do país, entre as quais uma crise financeira e cambial.

Para o director do gabinete de Planeamento Estratégico da ANPG, o declínio acentuado do preço do petróleo também “agudizou” os desafios inerentes do sector.

ATÉ 23 DE DEZEMBRO

Governo prolonga estado de calamidade

O Governo prolongou a situação de calamidade pública por mais 30 dias, mantendo-se as actuais regras em vigor, anunciou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República. Adão de Almeida destacou a evolução epidemiológica positiva da covid-19, face à altura em que entrou em vigor o anterior decreto, a 23 de Outubro, quando a doença mostrava um “crescimento acentuado”. Segundo o ministro, a avaliação feita indica que, após algum crescimento, as medidas parecem estar a dar resultados, registando-se um “decréscimo no número de infecções”.

No entanto, acrescentou que o período que decorreu é “insuficiente para tirar conclusões”, pelo que o Governo adoptou uma “abordagem de continuidade, face à avaliação dos dados” e à “tendência que parece ser positiva”, renovando as actuais medidas por um período adicional de 30 dias. O novo período começa nesta segunda-feira e prolonga-se até 23 de Dezembro, “havendo sempre possibilidade de haver revisão das medidas”, que poderá ir “no sentido de reforçar ou aliviar, dependendo da evolução epidemiológica”, destacou Adão de Almeida.



Marcas & Estilos



Um dia adorável

Abra a janela, um esquilo dá-lhe uma flor fresca e bela para animá-lo. A surpresa podia ser melhor? É um gesto adorável da Chipmunk. Esquilo artesanal com vaso de vidro é uma decoração divertida para a sua casa. Coloque-o sobre a mesa de jantar ou ao lado da janela. Proporciona-lhe sempre um novo começo de dia.



Horas lapidadas

O cronómetro da Bradley oferece um tom apazível e quente suavizado por um acabamento fosco. Os marcadores em relevo são lapidados com um tom de ouro rosa que combina com a caixa e as tiras destacadas por um anel de prata clara.



AUTOMÓVEL

Um tesouro geométrico

Nada como se valer dos bons frutos para lançar um carro. A Mercedes-Benz pegou a tecnologia híbrida das pistas e transformou num super-desportivo, que dá as caras em forma de conceito.

A AMG dispõe de 1.000 cavalos de potência combinada do conjunto híbrido usado na F1, cabina que é um verdadeiro cockpit, produção limitada a 275 unidades e preço na casa dos módicos 2 milhões de euros.

Quando se exige mais do pedal do acelerador, o V6 turbo entra em cena. Sai de zero a 200 km/h em menos de seis segundos e a máxima passa dos 350 km/h, segundo a própria Mercedes.

Completam a máquina a suspensão multi-braço ajustável com geometria também herdada da F1, pneus Michelin Pilot Sport Cup 2 encomendados especialmente para o conceito (285/35 nos dianteiros e 335/30, nos traseiros) e rodas com aros de 19 polegadas.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 6 DE DEZEMBRO

7.ª Edição do Angola Restaurant Week. O evento é promovido pelo Luanda Nightlife e tem como objectivo promover a cultura gastronómica nacional.

ATÉ 4 DE DEZEMBRO

Curso Literário de Autores Afro-brasileiros via online e está a ser ministrado pela professora Vanussa de Melo. O curso vai decorrer às segundas e quintas-feiras, entre as 13 e as 15 horas. Para inscrição, ligue 931 217 914.

27 E 28 DE NOVEMBRO

5.º Congresso Internacional da Ordem dos Enfermeiros de Angola, no Centro Conferências do Talatona, a partir das 8 horas.

LIVROS

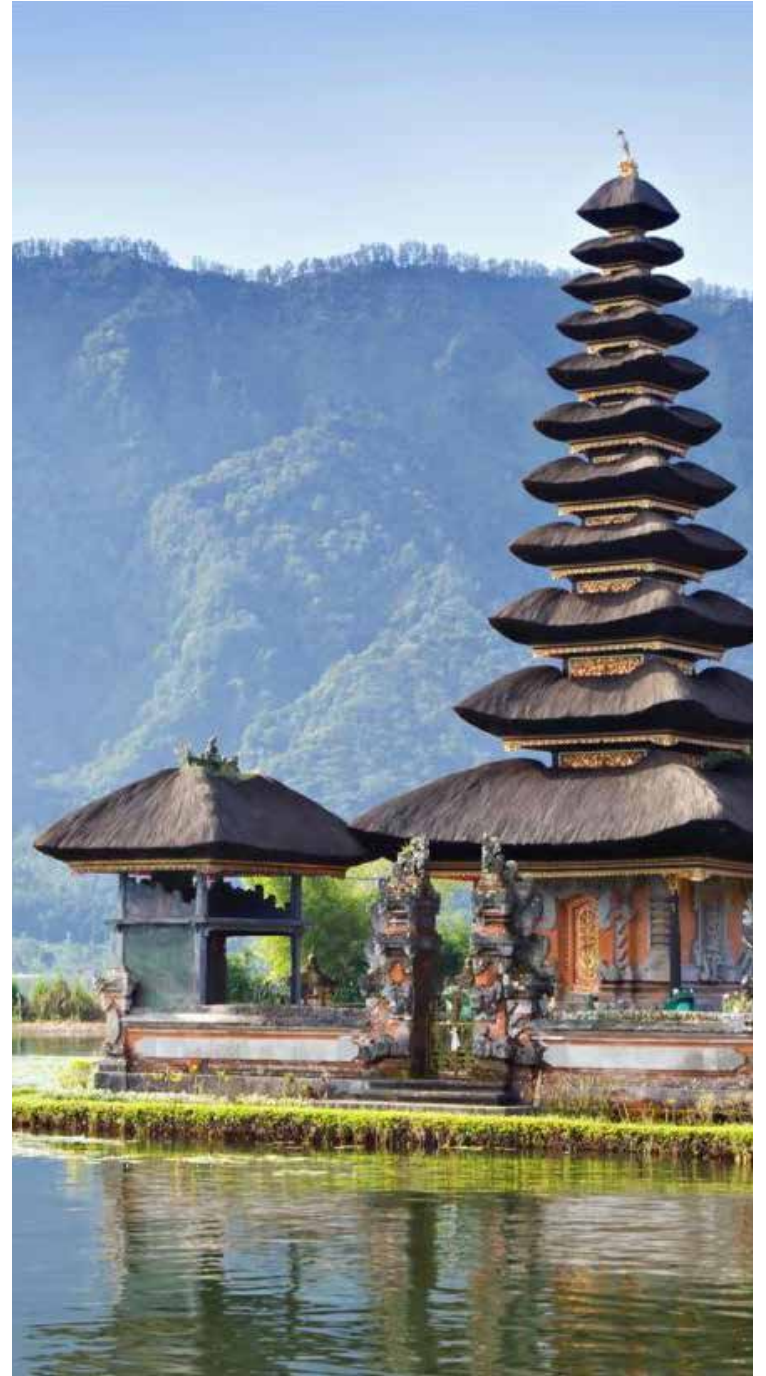


EM UMA TERRA PROMETIDA,

Barack Obama narra, na primeira pessoa, a história da sua improvável odisseia, de jovem em busca da própria identidade a líder do mundo livre, descrevendo com uma minúcia extraordinariamente pessoal quer a sua educação política quer os marcos do primeiro mandato da sua histórica presidência – um tempo de dramática transformação e turbulência.



QUANDO TERESA RECEBE a notícia de que o pai tem uma depressão, está longe de imaginar que os próximos tempos serão os mais intensos e transformadores da sua vida. Determinada em ajudar o pai, Teresa começa a acompanhá-lo nas terapias de grupo numa clínica de saúde mental.



TURISMO

A ilha dos deuses

Também conhecida como ‘a ilha dos deuses’, Bali foi baptizada no século 9, deriva de wali (ou wari) que significa sacrifício oferecido a Deus, adoração, culto ou oferenda. Magnífica, cálida, animada e divertida, Bali é onde o hinduísmo e o budismo são mais celebrados. Em cada esquina, encontra-se um templo. Estima-se que haja cerca de 20 mil santuários pela ilha. E, em frente a cada casa, estabelecimento comercial, e mesmo na praia, há uma cestinha de palha com flores, arroz, biscoitos, rebuçados e incensos como oferenda. São as chamadas canangs ou ‘chanangs’.

Além das praias, não se deve deixar de visitar os templos. O local mais sagrado é Pura Besakih, onde está um dos grandes nove templos localizados nas encostas do pico vulcânico Gunung Agung, e que se acredita ser o ‘umbigo do mundo’.

O Ubud Village Hotel dispõe de quartos com varandas privadas e com vista para o jardim. O restaurante serve pratos asiáticos e ocidentais e oferece vistas para um belo lago com peixes.

EM CABO VERDE

Descoberta
nova espécie
de osga

Uma equipa internacional, liderada por investigadores do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO-InBIO) da Universidade do Porto, desvendou uma nova espécie de osga “única” na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde.

O instituto da Universidade do Porto explica que o estudo, publicado na revista científica ZOOTAXA, descreve uma nova espécie de osga única do género *Hemidactylus* na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde.

Segundo o instituto do Porto, todas as espécies de répteis nativas das ilhas de Cabo Verde “só ocorrem exclusivamente nesta região”, sendo que algumas são “únicas” de determinadas ilhas.

“Dada a raridade, ainda pouco se sabe, revelando-se urgente desenvolver estudos que possibilitem um melhor conhecimento sobre a biodiversidade destes locais e adequar medidas para a conservação deste valioso património genético”, acrescenta o instituto.

Com a descoberta desta nova espécie, a ilha de São Nicolau alberga agora três espécies de osgas únicas e a diversidade de répteis documentada em Cabo Verde aumenta para 23 as espécies endémicas na região.



SEGUNDO UM RELATÓRIO DA CRUZ VERMELHA

Desastres causaram
mais de 410 mil mortos
na última década

CLIMA. Organização apela para a protecção de comunidades mais vulneráveis, que agora têm de responder também ao impacto da pandemia de covid-19 nos respectivos territórios.

Os desastres naturais relacionados com as alterações climáticas causaram mais de 410 mil mortos na década passada e afectaram 1,7 mil milhões de pessoas, alertou recentemente um relatório da Cruz Vermelha.

Desde os anos de 1990, estes desastres ligados ao aquecimento global aumentaram cerca de 35% em cada década, indica-se no documento, no qual se destaca a diferença entre o financiamento de respostas às alterações climáticas e o tipo de países que o recebem.

De acordo com o estudo, os cinco países mais vulneráveis a este tipo de desastres não estão entre os maiores beneficiários do financiamento, tal como as

cinco nações que mais fundos de adaptação ‘per capita’ recebem se encontram numa situação especialmente frágil em termos de aquecimento global.

A Somália, por exemplo, considerado o país mais vulnerável às alterações climáticas, está em 63.º lugar em termos de compromissos de financiamento, enquanto nações em situação semelhante, como a República Centro-Africana ou a Coreia do Norte, nada receberam, denunciou.

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (FICV) apelou para a protecção destas comunidades, que agora têm de responder também ao impacto da pandemia de covid-19 nos respectivos territórios.

Em seis meses, entre Março de 2020, quando foi declarada a pande-

MEMORIZE

● **Em seis meses, entre Março de 2020, quando foi declarada a pandemia, e a finalização deste relatório, cerca de uma centena de desastres climáticos afectaram mais de 50 milhões de pessoas.**

mia, e a finalização deste relatório, cerca de uma centena de desastres climáticos afectaram mais de 50 milhões de pessoas.

“O trabalho contra as alterações climáticas não pode ficar em segundo plano enquanto lutamos contra a pandemia”, declarou o secretário-geral da FICV, Jagan Chapagain, que sublinhou “não ser inteligente” pensar que as alterações climáticas são menos importantes do que a covid-19.

Uma das propostas da FICV é que os pacotes de estímulo, em criação por todo o mundo para sair da crise causada pela covid-19, devem incluir uma recuperação que proteja as pessoas e o planeta, para evitar riscos no futuro.

“Queremos que as soluções de hoje não se transformem nos problemas de amanhã”, considerou.

A organização pediu aos Governos, doadores e aos sectores humanitário, ambiental e de desenvolvimento que dêem prioridades nos apoios às pessoas, comunidades e países em situação de maior risco.

“Investir na resiliência dos lugares mais vulneráveis é mais eficiente do que continuar a assumir os aumentos contínuos no custo das respostas humanitárias e contribui para um mundo mais seguro, próspero e sustentável para todos”, concluiu Chapagain.

NÚMEROS DA SEMANA

3.567

Crimes económicos registados nos últimos três meses, um aumento de mais 366 comparativamente ao mesmo período do ano passado, segundo o ministro do interior, Eugénio Laborinho.

7

Indivíduos que foram apanhados em flagrante a cortar carris furtados do Caminho-de-Ferro de Luanda, na berma da linha férrea, no Kwanza-Norte.

22,4%

Previsão revista da consultora NKC African Economics para a inflação em Angola.

5,71%

Depreciação do kwanza em Outubro, face ao dólar, fixando-se numa taxa de câmbio média de referência de 668,84 kwanzas por dólar.

RECUA PONTOS PERCENTUAIS

Imposto Industrial em 25%

A taxa do Imposto Industrial registou uma redução geral de cinco pontos percentuais, ao baixar de 30% para 25%. Para os sectores da agricultura, pescas, pecuária e similares, a taxa também baixou cinco pontos percentuais, ou

seja, dos actuais 15% para 10%.

O regime de auto-facturação sobre a aquisição de bens também vê reduzida a sua taxa de retenção de 2,4% para 2%. Este regime é agora extensivo às prestações de serviços. Entretanto, a Administração Geral Tributária (AGT) realiza

um aumento no limite de amortização aplicável às viaturas ligeiras de passageiros ou mistas de sete para 20 milhões de kwanzas.

No quadro das alterações, o pacote tributário a vigorar determina o aumento do prazo de dedução do investimento realizado,

passando de três para cinco anos, com os lucros levados a reservas livres (que podem ser facilmente movimentados inclusive para o exterior). Segundo a AGT, há um também aumento do prazo de reporte de prejuízos fiscais, de três para cinco anos. Se comprovado o prejuízo, no exercício anterior, o contribuinte fica dispensado de liquidação provisória do imposto, taxa, normalmente, paga até ao final do primeiro trimestre de cada ano económico.



CONFEDERAÇÃO AFRICANA DE FUTEBOL

Ilícitos financeiros suspendem presidente por 5 anos

Ahmad Ahmad, actual presidente da CAF, foi suspenso, a partir desta segunda-feira, pela comissão de ética da FIFA por cinco anos, devido “a ilícitos financeiros”, e ainda terá de pagar uma multa de cerca de 185 mil euros.

Ahmad tinha estado sob custódia por suspeitos de corrupção, em Junho de 2019, em Paris. Há quase quatro anos que ocupava o cargo de presidente da CAF, ele que era candidato à sua própria sucessão, depois da derrota de Issa Hayatou nas eleições de Março de 2017.

Na altura, Ahmad prometeu levar a cabo uma verdadeira revolução no futebol continental.

Nascido a 30 de Dezembro de 1959 em Madagáscar, o homem político, que ocupou o cargo de secretário de Estado do Desporto e ministro das Pescas, foi acusado de violar os artigos 15.º (Dever de Lealdade), 20.º (Aceitação e distri-

buição de prendas ou outras vantagens), 25.º (Abuso de poder), e 28.º (Desvio de fundos).

Em 2019, Ahmad tinha pedido ajuda à FIFA para supervisionar a organização, fragilizada por várias polémicas e problemas de governação. A número 2 da FIFA, a senegalesa Fatma Samoura, que defendeu reformas na instância africana, acabou por ser afastada em Fevereiro deste ano. Em 2019, o antigo secretário-geral da CAF, Amr Fahmy, falecido desde então, enviou uma carta à FIFA a acusar o presidente Ahmad de corrupção e de assédio sexual.

A próxima eleição para a presidência da CAF decorre a 12 de Março de 2021, em Marrocos. Na corrida à liderança do órgão, alinham quatro candidatos: o senegalês Augustin Senghor, o mauritaniano Ahmed Yahya, o marfinense Jacques Anouma e o sul-africano Patrice Motsepe.

ATÉ AO FINAL DO ANO

TAP reduz capacidade em 70%

A TAP prevê operar, em Novembro e Dezembro, cerca de 30% da sua capacidade, face ao período homólogo do ano passado, anunciou o seu CEO, Ramiro Sequeira, numa mensagem aos trabalhadores a que a Lusa teve acesso.

“Reforçámos as rotas com maior procura nesta época [Natal e Ano Novo], ficando a operação, ainda assim, muito aquém da que se registava antes da pandemia”, afirmou o executivo.

Já em Outubro a TAP tinha reduzido em 69% a sua capacidade medida em ASK (available seat kilometer), face ao mês homólogo de 2019. No mesmo período, a transportadora reduziu o número de voos em 67%.

“A evolução da redução do número de voos, ao longo deste ano, com vista a ajustar a capacidade e a operação à diminuição da procura e ao aumento das restrições de mobilidade, exprime bem o esforço da TAP para minimizar o impacto da pandemia na

nossa actividade”, frisou Ramiro Sequeira.

A informação indica que, “apesar da drástica redução na capacidade realizada”, a taxa de ocupação média global da TAP, entre Maio e Agosto, foi de 60%, menos 20 pontos percentuais que a taxa média global de 2019.

Ramiro Sequeira citou ainda as previsões da IATA, que apontam para uma recuperação “lenta e muito determinada pelo nível de confiança”, prevendo-se chegar ao número de passageiros transportados em 2019 entre 2023 e 2024, no cenário base, e, num cenário mais pessimista, a retoma de cerca de 78% do volume de passageiros de 2019 apenas em 2025.

“No curto prazo – a três meses, reportando a Fevereiro de 2021 – a projecção da IATA, no que respeita à procura global, prevê uma recuperação de 34% do tráfego global, 58% do tráfego doméstico e 25% do tráfego internacional”, acrescenta.

